

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

ALEXANDRE CAVEDINI BISNETO

**A PERCEPÇÃO DOS TREINADORES DE ATLETISMO PARALÍMPICO NO RIO  
GRANDE DO SUL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE**

PORTO ALEGRE

2020

ALEXANDRE CAVEDINI BISNETO

**A PERCEPÇÃO DOS TREINADORES DE ATLETISMO PARALÍMPICO NO RIO  
GRANDE DO SUL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências do Movimento Humano.

**Orientador:**

Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Bisneto, Alexandre Cavedini  
A percepção dos treinadores de atletismo  
paralímpico no Rio Grande do Sul sobre o  
desenvolvimento da modalidade / Alexandre Cavedini  
Bisneto. -- 2020.  
76 f.  
Orientador: Carlos Adelar Abaide Balbinotti.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa  
de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano,  
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Esporte Paralímpico. 2. Atletismo Paralímpico.  
3. Treinadores. I. Balbinotti, Carlos Adelar Abaide,  
orient. II. Título.

**Alexandre Cavedini Bisneto**

**A PERCEPÇÃO DOS TREINADORES DE ATLETISMO PARALÍMPICO NO RIO  
GRANDE DO SUL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE**

Conceito Final:

Aprovado em 25 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Janice Zarpellon Mazo – UFRGS

---

Profa. Dra. Aline Miranda Strapasson – UFRGS

---

Profa. Dra. Ester Liberato Pereira – UNIMONTES

---

Orientador – Prof. Dr. Carlos Adelar Abaide Balbinotti – UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família por tudo: meus pais Alexandre e Floirice, meus irmãos Patrícia, Ricardo e Fernanda e a minha esposa Vanessa por todo apoio, incentivo e entendimento dado ao longo do processo no curso de mestrado.

Agradeço ao Professor Carlos Balbinotti pela oportunidade, paciência e orientação durante essa jornada. Assim como, as professoras da banca examinadora Profa. Janice, Profa. Aline e Profa. Ester pela ajuda e apontamentos para melhora da pesquisa.

Agradeço a todos os amigos e colegas que de alguma forma contribuíram para a construção e finalização do trabalho, desde discussões e dúvidas a sugestões de materiais, e tudo o que envolve a atmosfera acadêmica. Em especial, Giandra Anceski Bataglioni, Rodrigo Borges Silveira, Vanessa Dias Possamai e Luciano de Oliveira Elias.

E por fim, aos alunos, atletas, colegas, professores, treinadores, que com certeza tiveram uma contribuição considerável, para reflexões e soluções para a luta diária em nosso ofício, dentro da área da educação física. E também, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por contribuir para o êxito da minha pesquisa.

## RESUMO

O presente estudo traz a percepção dos quatro treinadores de alto rendimento de atletismo paralímpico do Rio Grande do Sul (RS), que disputaram a competição do Circuito Loterias Caixa, edição de 2019, organizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). A dissertação é um estudo de caráter qualitativo/descritivo, com uma entrevista semiestruturada de natureza exploratória, em uma abordagem sociocultural na técnica para coleta de dados. Procura responder, através da fala dos entrevistados, as questões norteadoras do estudo: Qual a situação atual da modalidade? Que suporte é oferecido ao atleta? Quais as projeções futuras da modalidade? Foi feita a análise do conteúdo em cima das respostas dos treinadores, e verificado que o desenvolvimento da modalidade no estado deve melhorar muito. O poder público deve atuar de forma participativa no fomento do esporte, com um maior número de competições para um maior envolvimento tanto dos profissionais quanto dos clubes e atletas. Isso aumentaria a visibilidade não só do atletismo paralímpico, mas também do esporte paralímpico. Também foi verificado que o suporte ao atleta no RS, de acordo com os entrevistados, deixa muito a desejar e está longe do modelo verificado na literatura, pois ainda é tratado de forma amadora. Mas tudo isso é reflexo de toda a estrutura, já que, sem investimento, os treinadores e os demais profissionais acabam em sua maioria sendo voluntários, ficando difícil de vislumbrar uma situação diferente. Verificou-se que o esporte paralímpico ainda depende muito do Estado (poder público), pois, além de ser “algo novo”, não temos a cultura de contratação por clubes e empresas como patrocinadores, ficando o atleta dependente de programas governamentais, como o Bolsa Atleta. Os treinadores depositam esperanças em uma possível intervenção pública para um desenvolvimento efetivo da modalidade e acreditam muito em seus esforços, mesmo que às vezes isolados, para um maior fomento do atletismo paralímpico no RS. Acredita-se que o estudo possa contribuir para um diagnóstico da modalidade no estado no que diz respeito ao alto rendimento, para um melhor entendimento da modalidade atual e para a criação de uma perspectiva do que podemos fazer e melhorar no futuro (como incentivar novas produções na área e ampliar e democratizar o conhecimento para os atletas, treinadores, clubes, associações, profissionais de educação física e sociedade). As dificuldades e limitações

encontradas para a realização da pesquisa foram poucos materiais e pesquisas relativas ao atletismo paralímpico, suporte e estrutura da modalidade.

**Palavras-chave:** Esporte Paralímpico. Atletismo Paralímpico. Treinadores.

## ABSTRACT

The current study brings the perception of four paralympic athletics high-performance coaches of Rio Grande do Sul (RS) state, who played the competition of Circuito Loterias Caixa, 2019 edition, organized by Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). This dissertation is a qualitative/descriptive study, with a semistructured interview of exploratory nature, in a sociocultural approach with a data collection technique. It seeks answering, through the interviewees' speech, the guiding questions of the study: What is the current status of athletics? Which is the support offered to the athlete? What are the future perspectives of athletics? An analysis was done considering the coaches' answers and verified that the athletics development in the state of Rio Grande do Sul must be improved a lot. Public authority should play an active role in the athletics promotion, with a higher number of competitions to improve the involvement of professionals, clubs, and athletes. This would increase not only the visibility of paralympic athletics but also the paralympic sport at all. It was also verified that the athlete's support in Rio Grande do Sul is not satisfactory and it is far from the model suggested in the literature because it is still treated as an amateur sport. However, this reflects the whole structure, since it doesn't have any investment, the coaches and other professionals are, in most of the time, volunteers, being very difficult to have a different scenario. It was still verified that the paralympic sport depends a lot on State (public authorities) because it is something new and there are no clubs and companies with a sponsorship agreement, having the athlete dependent on the government programs, like the Bolsa Atleta. Coaches put their hopes in a possible public intervention to effective athletics development and they believe in their efforts, even sometimes isolated, for a higher paralympic athletics promotion in the state of RS. It is believed that the study can contribute to an athletics diagnostics in the state regarding the high performance, to have a better understanding of the current sport situation as well as the creation of a perspective that we can do more to improve the future (encourage new productions and increase/make the knowledge accessible to all athletes, coaches, clubs, associations, physical education professionals, and society). Difficulties and limitations found during this research were few materials and researches related to the Paralympic athletics, support, and sport structure.

**Keywords:** Paralympic Sport. Paralympic Athletics. Coaches.

## LISTA DE SIGLAS

ABT – Academia Brasileira de Treinadores

APABB – Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COB – Comitê Olímpico do Brasil

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro

CT – Centro de Treinamento

ESEFID – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança

IOB – Instituto Olímpico Brasileiro

IPC – International Paralympic Committee

ONU – Organização das Nações Unidas

PARACERGS – Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul

PARAJIRGS – Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul para Pessoas com Deficiência

RS – Rio Grande do Sul

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SESI – Serviço Social da Indústria

SP – São Paulo

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>17</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESPORTE PARALÍMPICO .....	17
2.2 A FORMAÇÃO DO TREINADOR .....	19
2.3 DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO .....	22
2.4 ATLETISMO PARALÍMPICO .....	25
2.5 SUPORTE AO ATLETA .....	30
2.6 BARREIRAS PARA A PRÁTICA .....	31
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>34</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO .....	34
3.2 ENTREVISTAS .....	34
3.3 OS ENTREVISTADOS .....	35
3.4 ROTEIRO DA ENTREVISTA .....	36
3.5 PROCEDIMENTOS DAS ENTREVISTAS .....	36
3.6 ANÁLISE TEMÁTICA DO CONTEÚDO .....	37
3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS .....	38
<b>4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>
4.1 SITUAÇÃO ATUAL DA MODALIDADE NO RS .....	40
4.2 SUPORTE AO ATLETA I (ESTRUTURA) .....	44
4.3 SUPORTE AO ATLETA II (PROFISSIONAL) .....	48
4.4 PROJEÇÕES FUTURAS DA MODALIDADE .....	53
4.5 RELAÇÃO ESPORTE PARALÍMPICO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>72</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>74</b>

## **PREÂMBULO**

Meu contato com esporte adaptado começou com a disciplina de Educação Física Especial, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde fiz a minha graduação. Em 2003, fiz um curso de capacitação para trabalho com esporte adaptado na Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB), onde comecei a trabalhar no projeto de esporte da associação e era o treinador de atletismo. Lá, participávamos de competições municipais, estaduais e, algumas vezes, nacionais. A associação trabalhava, e ainda trabalha, com pessoas com deficiência intelectual. Paralelamente a isso, em 2004, concluí minha graduação com um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado para coordenação motora e Síndrome de Down. De 2005 a 2007, fiz uma especialização em Fisiologia do Exercício na ESEFID, onde o tema do TCC foi referente à frequência cardíaca e pessoas com paralisia cerebral.

Trabalhei na APABB de 2003 a 2010, onde aprendi muito, e sou muito grato por essa experiência. De 2015 a 2017, fiz mais duas especializações, agora voltadas para o alto rendimento, em Desenvolvimento Esportivo e Aprofundamento no Esporte, pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB), no projeto Academia Brasileira de Treinadores (ABT), voltado para os estudos do atletismo. E, no final de 2015, fui convidado a treinar a equipe de atletismo paralímpico da RS Paradesporto. Iniciei essas atividades em 2016, no treinamento da modalidade dentro do Movimento Paralímpico (pessoas com deficiência física, intelectual e visual), no caso da RS Paradesporto, pessoas com deficiência física.

A partir de 2003, com a experiência prática, com reflexões, com estudos voltados para a área do esporte e da pessoa com deficiência e com pensamento crítico sobre o assunto, nasceu a motivação para a presente dissertação. Esperamos que o presente estudo possa contribuir para área da Educação Física, Esporte e Esporte Paralímpico.

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda, como tema central, o desenvolvimento do atletismo paralímpico de alto rendimento no estado do Rio Grande do Sul (RS). Assim sendo, tem como objetivo identificar, descrever e analisar o desenvolvimento da modalidade na percepção dos quatro treinadores que participaram da edição do Circuito Loterias Caixa 2019, etapa Rio Sul (compreende os estados da Região Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro), uma das quatro etapas regionais, que servem como seletiva para a etapa nacional. Segundo o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB, 2020), é a competição mais democrática no cenário do alto rendimento da modalidade no país, pois para a inscrição não é necessário apresentar índice.

A inserção de pessoas com deficiência na sociedade tem aumentado nos últimos anos, apesar de ainda estarmos muito longe do ideal. Aos poucos, o acesso à educação, mercado de trabalho, lazer e outros direitos básicos têm sido conquistados. O esporte está entre essas conquistas. O entendimento sobre o esporte adaptado, que é praticado por pessoas com deficiência, tem ganhado espaço nas discussões acadêmicas, na prática esportiva como lazer, saúde e alto rendimento.

O movimento paralímpico tem atraído a atenção de muitas pessoas nos últimos anos. Isso faz com que haja uma evolução na preparação, performance e profissionalismo de atletas e treinadores, mostrando cada vez mais as potencialidades das pessoas com deficiência através do esporte. O “coitadismo” é deixado de lado, e a deficiência se revela como uma característica individual, e não como um empecilho ou algo impeditivo para a realização de certa tarefa ou, no caso, de uma modalidade esportiva. O esporte paralímpico caracteriza-se pela busca do melhor desempenho em modalidades praticadas por pessoas com deficiência. No Brasil, o esporte paralímpico vive um momento de grande crescimento em virtude dos resultados positivos ao longo dos últimos anos. A contínua progressão no quadro de medalhas faz com que o Brasil seja visto como uma das novas potências paralímpicas do mundo (CARDOSO *et al.*, 2016).

A modalidade de atletismo paralímpico está presente, oficialmente, no programa dos Jogos Paralímpicos desde a sua primeira edição, no ano de 1960. Entretanto, a primeira medalha brasileira nessa modalidade foi conquistada apenas nos Jogos Paralímpicos de Nova Iorque, no ano de 1984. Na ocasião, a atleta sul-

rio-grandense Anelise Hermany conquistou medalha de prata nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância. Em razão desse feito, tornou-se a primeira atleta brasileira e deficiente visual a conquistar medalha no atletismo paralímpico em Jogos Paralímpicos (BEGOSI, 2015).

O atletismo paralímpico é disputado por pessoas com deficiência física, visual e intelectual. Há provas de corrida, saltos, lançamentos e arremessos, tanto na categoria feminina quanto na masculina, e cada uma conta com suas disputas específicas. Os competidores são divididos em grupos de acordo com o grau de deficiência constatado pela classificação funcional ou esportiva. Os que disputam provas de pista e de rua (velocidade, meio-fundo, fundo e maratona) e salto em distância, triplo e altura levam a letra T (*track*) em sua classe. Já os atletas que fazem provas de campo (arremessos e lançamentos) são identificados com a letra F (*field*) na classificação. No total, o Brasil já conquistou 142 medalhas na modalidade em Jogos Paralímpicos: 40 de ouro, 61 de prata e 41 de bronze (CPB, 2019).

No estado do RS, existem competições regionais, como o Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS) e os Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul para Pessoas com Deficiência (PARAJIRGS), e competições nacionais organizadas pelo CPB, como Paralimpíadas Escolares, Circuito Loterias e Campeonato Brasileiro. Ainda há competições internacionais, como *Open Internacional*, Jogos Parapan-Americanos, Campeonato Mundial e Jogos Paralímpicos, dentre outros. Existe a possibilidade de participação e uma exigência elevada para um bom resultado do atleta, que, em teoria, é amparado em relação a questões técnicas, estruturais e também profissionais.

O esporte é um fenômeno social (PILATTI, 1999; PAES; BALBINO, 2005). O treinador é peça-chave e fundamental no processo de desenvolvimento no esporte, e na iniciação ao alto rendimento (GOMES, 2009). Esse é o profissional que tem a missão específica de ensinar e conduzir o processo de treino com aptidão, conhecimento e conduta profissional, sendo capaz de responder aos desafios encontrados no esporte (MESQUITA, 2010). O treinamento esportivo é considerado o produto de todos os procedimentos que oferecem um aumento da capacidade de rendimento no esporte, de acordo com o rendimento estipulado (HOLLMANN; HETTINGER; STRÜDER, 2005).

Buscando entender **como o atletismo paralímpico de alto rendimento tem se desenvolvido no RS, e se profissionais, estruturas e condições de treino**

**têm sido oferecidos e ofertados aos nossos atletas**, a pesquisa investigou quais são as percepções dos treinadores de atletismo paralímpico do RS, no que diz respeito ao desenvolvimento da modalidade, tendo como questões norteadoras:

- a) Qual a situação atual da modalidade?
- b) Que suporte é oferecido ao atleta?
- c) Quais as projeções futuras da modalidade?

O estudo pode contribuir para o cenário esportivo, para que se consiga verificar as impressões dos treinadores na sua prática profissional e estabelecer uma relação com o grande momento que o esporte paralímpico vive nos últimos anos. Pode, ainda, contribuir para um diagnóstico de como a modalidade tem se desenvolvido: como se dá a oportunidade, a qualidade e o serviço de atendimento à pessoa com deficiência no caso do esporte paralímpico, mais especificamente, o atletismo paralímpico. A pesquisa ainda se justifica pela carência de estudos na área, contribui com informações para a comunidade acadêmica e do esporte em geral (o profissional de educação física, o treinador, o atleta, os clubes e associações).

Outras questões relevantes contribuem para as reflexões do estudo: a sociedade e o poder público têm olhado verdadeiramente para essa população e oferecido serviços eficientes? Têm valorizado os profissionais que trabalham com o esporte paralímpico? Os clubes e associações têm algum incentivo de qualquer natureza para continuarem os seus trabalhos? As universidades têm discutido e levantado questões internamente, seja para o acesso da pessoa com deficiência ou para a formação profissional de seus alunos? Há formação dos professores com disciplinas voltadas para o esporte adaptado e paralímpico? Tais questões nos fazem refletir sobre os direitos da pessoa com deficiência: acesso no mercado de trabalho, educação, lazer, saúde, mobilidade urbana, entre outros. E ainda podem nos tornar seres mais politizados e conscientes, preocupados com a luta pela igualdade de direitos para todos.

Para responder as questões do estudo, a presente pesquisa é composta pelos pressupostos teóricos, que embasam os temas apresentados; pelos procedimentos metodológicos, que detalham os caminhos adotados; pela apresentação e interpretação de resultados e, por fim, pela conclusão do estudo.

Importante colocar, que optamos pelo termo esporte paralímpico, pois em 2011, o termo “paraolímpico” foi alterado para paralímpico. Isto foi oficializado pelo CPB a pedido do *International Paralympic Committee* (IPC), cujo objetivo era alcançar a universalização do termo e suas derivações. Em 2012, após os Jogos Paralímpicos de Londres, o governo brasileiro veta o uso do termo paralímpico em documentos oficiais. Usa-se paralímpico, quando referimos ao CPB e as competições internacionais e “paraolímpico” quando genericamente ao tema (OLIVEITA; HAIACHI, 2018). Na prática isso confunde-se em *sítes*, artigos e materiais em geral. Para uma melhor leitura e fluidez o termo paralímpico será predominante, o uso do “paraolímpico” quando referirmos a algo nominal em específico (por exemplo, Centro de Treinamento Paraolímpico). Assim como, o nome da modalidade: atletismo paralímpico.

## 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A revisão de literatura para a execução desta dissertação foi realizada em periódicos da área da Educação Física, livros, documentos oficiais e *sites* relacionados à temática envolvida. Foram consultadas revistas das bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO)<sup>1</sup>, Google Acadêmico<sup>2</sup>, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>3</sup>, e verificou-se material internacional para consultas relacionadas ao tema. Informações de consulta pública em *sites* de entidades como o CPB, Comitê Olímpico do Brasil (COB) e informações do antigo Ministério do Esporte (extinto em 2019).

No intuito de contextualizar e relacionar os temas correspondentes da pesquisa, os pressupostos teóricos subdividem-se em seções: a primeira, Breve Histórico do Esporte Paralímpico, mostra a origem do esporte e movimento paralímpico. A segunda, A Formação do Treinador, explica como se dá o processo de formação do profissional. A terceira, Desenvolvimento Esportivo, trata da estrutura e lógica das políticas públicas ou privadas que incentivaram ou incentivam o esporte paralímpico, além de outros apontamentos, no contexto brasileiro. A quarta, Atletismo Paralímpico, oferece um conhecimento mais aprofundado da modalidade. A quinta, Suporte ao Atleta, discute, de acordo com a literatura, o que o atleta precisa para seu desenvolvimento e como isso pode ser feito. A sexta e última seção, Barreiras para a Prática, trata dos desafios que a pessoa com deficiência enfrenta para a prática esportiva.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DO ESPORTE PARALÍMPICO

Os primeiros registros de esporte para pessoas com deficiência apontam que, em 1870, pessoas surdas dos Estados Unidos praticavam beisebol (SOUZA; MARIANI, 2016), e, por volta de 1888, foram encontrados registros na Alemanha sobre a prática desportiva nos clubes para pessoas surdas (GROHMANN, 2015; SOUZA; MARIANI, 2016). Ainda na Alemanha, em 1918, para amenizar as

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://scielo.org/>. Acesso em: 25 maio 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 25 maio 2020.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 25 maio 2020.

consequências da Primeira Guerra Mundial, registram-se práticas desportivas para pessoas com deficiência física, originando os esportes adaptados. Em 1924, em Paris, aconteceram os “Jogos do Silêncio”, reunindo atletas surdos de diferentes países. Em Glasgow, no Reino Unido, já existia, em 1932, uma associação de jogadores de golfe amputados unilateralmente.

No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aconteceu uma evolução do desporto adaptado, após o retorno de soldados com deficiência motora, visual e auditiva aos seus países, fazendo com que os governos proporcionassem melhor qualidade de vida a esses soldados, através do acesso a práticas esportivas adaptadas, amenizando, assim, os danos causados pela guerra (CARDOSO, 2011).

O médico e neurocirurgião judeu Ludwig Guttmann, fugindo da Alemanha nazista, em 1944 (CUNHA, 2013; REIS, 2014), a pedido do governo britânico, foi trabalhar no centro de reabilitação social dos veteranos de guerra, no hospital Stoke Mandeville, em Aylesbury (CARVALHO; GORLA; ARAÚJO, 2013), e é considerado o pioneiro na reabilitação física de ex-combatentes de guerra (SOUSA; CORREDEIRA; PEREIRA, 2013). Para o médico, a reabilitação engloba desde a retirada do tédio da vida hospitalar até a prática esportiva, implantando, como as primeiras atividades, o tênis de mesa, o polo em cadeira de rodas e o arco e flecha (BENFICA, 2012; CARDOSO, 2011), e percebendo uma melhora de seus pacientes nos aspectos sociais e psicológicos (SAN MARTIN; ALVES; DUARTE, 2012).

No intuito de homenagear tais pacientes, Guttmann criou os jogos de Stoke Mandeville, que seriam realizados anualmente. Para Guttmann, os princípios do desporto adaptado deveriam ser os mesmos do convencional. Também entendia que o esporte ajudava a pessoa com deficiência a estabelecer e reestabelecer seu contato com o ambiente, ou seja, ajudava na socialização (BAILEY, 2008). Mais tarde, implantou o basquete sobre cadeira de rodas e, em 29 de julho de 1948, inaugurou os primeiros jogos nacionais de Stoke Mandeville (MEDEIROS, 2014; CARDOSO, 2011; REIS, 2014).

Tem-se registro de que, no ano de 1945, nos Estados Unidos, ocorreram jogos de basquete para cadeirantes entre hospitais e associações de veteranos de guerra, tendo à frente o médico Benjamin H. Lipton (SILVA; DRIGO, 2012). Em 1950, houve um grande intercâmbio entre os Estados Unidos e a Inglaterra, através das conexões dos trabalhos de Guttmann e Lipton (SILVA; VITAL; MELO, 2016). Benfica (2012) relata que, nessa ocasião, Guttmann convidou Lipton e seus

pacientes para participarem dos jogos seguintes. Desde então, percebe-se a distinção dos objetivos a serem buscados pelos dois países com seus programas desportivos e seus pacientes. A Inglaterra visando reabilitação e os Estados Unidos a competição, mas ambos através da prática esportiva.

O movimento paralímpico surgiu em 1960, em Roma, na Itália. Após a nona edição dos Jogos de Stoke Mandeville, o diretor do centro de lesionados da Itália, Antônio Maglio, em conversa com Guttman, propôs que os jogos fossem realizados após os Jogos Olímpicos de Roma, aproveitando as mesmas instalações. Então os jogos passaram a ser denominados Olimpíadas dos Portadores de Deficiência. Assim aconteceu, então, oficialmente, a primeira edição dos Jogos Paralímpicos (modelo aproximado do que temos hoje).

## 2.2 A FORMAÇÃO DO TREINADOR

É importante entendermos o que a literatura diz sobre como a formação profissional do treinador esportivo se dá. Os achados são referentes ao termo treinador, não especificamente sobre o paralímpico. Brasil *et al.* (2015), na literatura específica, indicam que treinadores têm valorizado diversas fontes de conhecimento, destacadamente as experiências de prática como atleta, a observação de seus pares, o compartilhamento de informações e a reflexão sobre sua prática. A aprendizagem profissional do treinador pode ser entendida como um processo de socialização esportiva que inicia na infância e se prolonga ao longo da vida, em que prepondera a participação do treinador em situações de aprendizagem em contexto informal.

Engerland *et al.* (2013) apontam que os principais conhecimentos citados na sua pesquisa com treinadores são de conhecimentos sobre o desenvolvimento motor humano, a biomecânica do esporte, a fisiologia do exercício, a recuperação após esforço físico, a alimentação desportiva e sobre técnicas de avaliação no desporto. As potencialidades relacionadas às habilidades profissionais concentram-se nas habilidades de planejamento e gestão desportiva e de comunicação e integração do desporto. Em contrapartida, as necessidades profissionais percebidas pelos treinadores investigados estão relacionadas à habilidade de avaliação e de autorreflexão, principalmente a de ser capaz de reajustar a atuação profissional em

função dos elementos decorrentes de uma permanente atitude investigativa e de atualização profissional.

Sobre o papel do treinador no desenvolvimento esportivo, Moreno e Del Villar (2004) e Pascual *et al.* (2006) destacam que esse profissional deve ter uma formação acadêmica e profissional, devendo possuir um caráter reflexivo e crítico sobre sua prática, uma profunda convicção da validade do trabalho coletivo e capacidade de adequação aos avanços do conhecimento científico, técnico e profissional do treinamento esportivo. O sucesso de um treinador também depende de sua filosofia de vida e de trabalho, que determina suas crenças e os princípios que guiam suas ações. A filosofia adotada, além de determinar o uso adequado dos conhecimentos, marca o estilo e os objetivos do treinador (BOMPA, 2002; MARTENS, 2002; SAMULSKI; MORAIS, 1999).

Milistedt *et al.* (2015) colocam que, a partir da Lei nº 9.696/98 (BRASIL, 1998), a formação universitária no Brasil foi reconhecida como uma das principais vias de preparação de treinadores. De acordo com o marco regulatório nacional, os cursos de bacharelado em Educação Física devem oferecer formação ampla, com bases humanas, biológicas e sociais, além de desenvolver uma formação específica dos conhecimentos identificadores da área, que se relacionam às diferentes formas de atividade física e de esporte. Para tanto, os cursos devem utilizar variadas formas de ensino, como aulas práticas e teóricas, práticas pedagógicas curriculares, estágios curriculares, dentre outras experiências de aprendizagem, para o desenvolvimento de conhecimentos e competências dos futuros profissionais. Ainda, no mesmo estudo, os autores apontam que, no contexto universitário, os treinadores aprendem a se tornar profissionais, ampliando o processo de aprendizagem.

Ao considerar que a aprendizagem é um processo individual e contínuo, que ocorre a partir da internalização de informações externas (situações sociais) advindas de diferentes experiências ao longo da vida, é possível compreender que o desenvolvimento profissional de treinadores esportivos inicia antes mesmo do seu ingresso na vida universitária e também se prolonga ao longo de sua carreira. Desse modo, os cursos de bacharelado em Educação Física precisam adotar diferentes estratégias formativas, a fim de que os estudantes possam construir a base de conhecimentos para a sua intervenção profissional e continuar se desenvolvendo após a conclusão do curso.

Ramos, Brasil e Goda (2012), como em outros estudos da área, afirmam que as fontes informais de aprendizagem ainda são preponderantes no contexto de aprendizagem profissional dos treinadores de esportes para jovens. Esse resultado aponta para a necessidade de se contemplar conhecimentos do tipo processual ou prático para as propostas de formação de treinadores. Aponta, igualmente, para a necessidade de se realizar estudos empíricos que possam contribuir para a criação de repertórios úteis de conhecimentos para esse propósito. Dentro de seu estudo, verificou-se que a aprendizagem profissional dos treinadores investigados decorreu de um processo individual de construção e reconstrução das experiências pessoais e profissionais. Esse processo pode ser interpretado como uma atividade interna de pensamento reflexivo, na qual a resolução de problemas da prática cotidiana de ensino foi fundamental para a criação de seu repertório de ensino.

O estudo realizado por Resende, Mesquita e Romero (2007) também destaca o trabalho com treinadores experientes e a própria experiência como fatores mais valorizados na formação de treinadores. Rodrigues, Paes e Souza-Neto (2016) defendem que o reconhecimento social perpassa a investigação e a demarcação dos saberes necessários ao desenvolvimento das tarefas profissionais. No mesmo estudo, os dados revelam que, além da formação obtida no curso de Educação Física, os saberes dos treinadores pesquisados foram adquiridos em diferentes fases da vida. Identificou-se que as socializações sucessivas, experimentadas pelos treinadores ao longo da vida pessoal e profissional, foram constituindo um reservatório de saberes em permanente transformação, que foi mobilizado em resposta às demandas de trabalho. Esse estudo investiga a ideia de formação integral, como já citado em outras investigações, sendo a formação constituída por: socialização pré-profissional – experiências anteriores à universidade; socialização profissional – formação inicial; e socialização profissional ao longo da carreira – as experiências de trabalho.

Rosado e Mesquita (2007) apontam que a necessidade de treinadores qualificados tem crescido de forma exponencial na nossa sociedade, contrariando a crença geral de que qualquer um pode ser treinador, desde que o deseje e que o seu passado desportivo o permita. Essa realidade tem sido modificada, pois, além dos cursos de graduação em Educação Física, são ofertados, por federações e/ou confederações esportivas, cursos de formação para treinadores. Um exemplo são os cursos oferecidos pelo COB, através do Instituto Olímpico Brasileiro (IOB), que

abarcam desde o desenvolvimento esportivo até o aprofundamento e aperfeiçoamento no esporte. Outro exemplo é a oferta de habilitação técnica em determinadas modalidades esportivas paralímpicas, no caso do atletismo com níveis I, II e III, realizada pelo CPB, através da Educação Paralímpica, modificando-se, assim, o perfil do treinador, com conhecimento de sua trajetória no esporte, seja como atleta/praticante, seja como estudante. Reis, Mezzadri e Silva (2017) apontam que é cada vez mais importante a preparação e a formação de novos profissionais que tenham interesse em trabalhar com a pessoa com deficiência. Para o desenvolvimento do esporte paralímpico, deve-se pensar em professores capacitados e investir em técnicos competentes.

### 2.3 DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO

O desenvolvimento do esporte em um país é algo multifatorial, pois depende da cultura, do acesso, da identidade, de políticas públicas e de outros fatores. Por política pública, conforme a definição de Dias e Matos (2012), entendemos o conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do estado na solução dos problemas nacionais. São ações, empreendidas ou não pelos governos, que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida compatível com a dignidade humana. A seguir, abordamos algumas políticas públicas implementadas para o esporte paralímpico ao longo dos anos, marcadamente, após a fundação do CPB.

Reis (2014) coloca que o esporte paralímpico não segue a mesma lógica do esporte olímpico, principalmente na questão organizacional e estrutural. O esporte olímpico é pautado em uma sequência que se inicia no atleta que participa das atividades de uma instituição (clubes esportivos), que por sua vez é filiada a uma federação regional, que responde a uma confederação nacional, que, finalmente, é subordinada a uma entidade internacional. Para o esporte paralímpico, a dificuldade já se faz presente na hora de encontrar a instituição em que a pessoa com deficiência irá praticar o esporte: em alguns casos são em organizações não governamentais, em escolas especiais ou associações que atendam à pessoa com deficiência e, em menor número, em clubes esportivos.

Algo significativo para o cenário esportivo no país foi a criação do CPB, em 1995, com o objetivo de unificar as entidades esportivas, organizar o esporte paralímpico brasileiro e promover e planejar a participação em competições internacionais. Já no ano seguinte, o país participou dos X Jogos Paralímpicos, em Atlanta (Estados Unidos), e também é válido destacar que, a partir desse momento, o CPB começou a buscar fontes de financiamento para o esporte paralímpico. Algumas datas, ações e políticas públicas abordadas a seguir, apontadas por Cardoso *et al.* (2016) e Costa e Sousa (2004), mostram uma maior preocupação com o esporte.

Em 1998, o CPB foi patrocinado pela primeira vez em sua história pela Petrobras, recebendo o valor de R\$ 216.000 (CPB, 2014). E um novo impulso financeiro foi dado ao CPB por meio da aprovação da Lei nº 10.264, conhecida como Lei Agnelo Piva, em julho de 2001 (BRASIL, 2001). Através dessa lei, 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país passaram a ser repassadas ao COB e ao CPB. Do total de recursos, 85% são destinados ao COB e 15% ao CPB (BENFICA, 2012; BRASIL, 2001). No entanto, por meio da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a partir do início do ano de 2016, quando as alterações entraram em vigor, o repasse da porcentagem relativa ao CPB saltou de 15%, reservados até o ano de 2015, para 37.04%, mais do que duplicando o valor destinado ao movimento paralímpico (BRASIL, 2015).

Por meio de outra ação governamental, o desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro foi favorecido através do suporte financeiro. A Lei nº 10.891, de 2004 (BRASIL, 2004), regulamentada pelo Decreto nº 5.342, de 2005 (BRASIL, 2005), instituiu a Bolsa-Atleta, o mais importante programa de incentivo financeiro ao esporte no país. Trata-se de um programa de financiamento do governo federal aos atletas de alto rendimento do país (BRASIL, 2005). Ressalta-se que, no ano de 2008, o CPB recebeu cerca de R\$ 15 milhões de patrocínio das Loterias da Caixa e R\$ 2 milhões da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) (MARQUES *et al.*, 2013).

Mais uma contribuição à possibilidade de desenvolvimento no esporte é a Lei de Incentivo ao Esporte, nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei de Incentivo Fiscal, pois permite deduções fiscais para o investimento no fomento de atividades esportivas através de patrocínios ou doações.

As deduções fiscais podem somar até 1% para pessoas jurídicas e até 6% para pessoas físicas. Essa lei surge com princípios semelhantes à Lei Rouanet, Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991). Basta que a entidade elabore um projeto e o encaminhe para o Ministério do Esporte. Caso seja aprovado, a entidade deverá captar o dinheiro em empresas, tendo tempo hábil para isso. Após a captação de recursos, deverá pôr em ação as atividades propostas e prestar conta dos gastos e das atividades periodicamente (REZENDE, 2012; SILVA; REIS; MEZZANDRI, 2015).

No ano de 2009, o esporte brasileiro conquistou um marco histórico ao ter sua candidatura escolhida para sediar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então, o país viveu um misto de euforia, mas também de preocupação, com relação ao estabelecimento das condições necessárias para a realização dos eventos e para o desempenho esperado do país-sede. Desde a escolha como sede, o CPB passou a preparar seu planejamento estratégico, com o objetivo de que os atletas paralímpicos brasileiros pudessem alcançar a meta para os Jogos, a 5ª colocação, e figurar entre os países mais vitoriosos nos Jogos Paralímpicos (CARDOSO *et al.*, 2016). Isso acabou não acontecendo. Nos Jogos Paralímpicos do Brasil, no Rio de Janeiro, o país terminou a edição dos Jogos na oitava colocação, mas aumentou o número de finais participadas e o número total de medalhas em relação à última edição dos Jogos, conforme relatório técnico de 2016 (CPB, 2016).

Costa e Sousa (2004) apontam que o esporte paralímpico não tem uma política pública específica e exclusiva, com relação a verbas destinadas, mas se utiliza das prerrogativas do esporte olímpico, não havendo distinções na legislatura. Hoje em dia, as principais empresas patrocinadoras do atletismo paralímpico brasileiro são a Caixa Econômica e a Braskem. O atletismo paralímpico, não tendo uma confederação brasileira ou federação estadual, é regido diretamente pelo CPB, isso acontece em algumas modalidades, mas em outras não.

Segundo Oliveira e Haiachi (2018), outras ações importantes do CPB, ao longo dos últimos anos, foram:

- em 2009, a criação das Paralimpíadas Escolares;
- em 2010, a fundação da Academia Paralímpica Brasileira;
- em 2016, a promoção dos Jogos Paralímpicos no Rio de Janeiro;

- em 2016, a inauguração do Centro de Treinamento Paraolímpico, em São Paulo.

Uma conquista para a modalidade foi, em 2018, a primeira transmissão, em televisão por assinatura, de alguns trechos do Campeonato Brasileiro de atletismo paralímpico. Outra conquista para o esporte paralímpico foi a realização do VI Congresso Paradesportivo Internacional, no Centro de Treinamento Paraolímpico, na cidade de São Paulo, que contribuiu para o cenário científico, aproximando universidades e profissionais do movimento paralímpico. Uma iniciativa importante do CPB foi a criação do Centro de Formação Esportiva do Comitê Paralímpico Brasileiro, que tem como objetivo promover a iniciação de crianças com deficiência física, visual e intelectual, na faixa etária de dez a dezessete anos, em oito modalidades paralímpicas, sendo as atividades realizadas no Centro de Treinamento Paraolímpico (SP), com o intuito de promover a prática esportiva da criança com deficiência, bem como renovar esportivamente os possíveis futuros atletas envolvidos. O programa é, quase em sua totalidade, financiado com recursos próprios do CPB (CPB, 2020).

#### 2.4 ATLETISMO PARALÍMPICO

O importante documento do Projeto Inteligência Esportiva da Universidade Federal do Paraná em parceria com o extinto Ministério do Esporte, no *Atletismo Paralímpico* (2015), mostra um panorama histórico da modalidade. A prática adaptada do atletismo começou no início do século XX, mais especificamente na década de 1920, para deficientes visuais, junto com a natação. Os deficientes físicos puderam participar da modalidade somente após a Segunda Guerra Mundial, quando os esportes adaptados, em geral, tornaram-se possibilidade de reabilitação para combatentes que ficaram com sequelas em decorrência do conflito.

No final da década de 1940, foram realizadas competições de vários esportes, concretizadas pelo médico Ludwig Guttmann. Em 1952, nos Jogos de Stoke Mandeville, aconteceu uma competição de corridas em cadeiras de rodas para veteranos de guerra. Em consequência disso, em 1960, quando surgiram os Jogos Paralímpicos, o paratletismo foi inserido já na primeira edição, junto de outras sete modalidades. No entanto, incluía apenas provas de lançamentos e arremessos. A

primeira edição dos Jogos Paralímpicos foi em Roma, onde vinte e três nações foram representadas por quatrocentos atletas em oito modalidades exclusivas para atletas com lesão medular.

O Brasil estreou nos Jogos Paralímpicos em Heidelberg, na Alemanha (1972), porém não conquistou medalhas, terminando a competição na 27ª colocação. Também não obteve medalhas em Toronto (1976) – Canadá – nem em Arnhem – Holanda (1980). No total, vinte e três atletas representaram o Brasil nessas três edições, e, hoje, eles são considerados os precursores do atletismo paralímpico no país. Em 1984, o cenário político do Brasil se modificava, esse foi o ano em que aconteceram as chamadas Diretas Já, que reivindicavam eleições abertas após vinte anos de ditadura civil-militar. Nesse mesmo ano, em Stoke Mandeville e Nova Iorque, o Brasil fez história também no esporte paralímpico: vinte e sete atletas representaram o país e vinte e uma medalhas foram conquistadas, sendo seis de ouro.

Como também já dito, em 1984, a primeira medalha brasileira nessa modalidade foi conquistada (Nova Iorque). Na ocasião, a atleta sul-rio-grandense Anelise Hermany conquistou medalha de prata nas provas de 100 metros rasos e no salto em distância. Em razão desse feito, tornou-se a primeira atleta brasileira, deficiente visual, a conquistar medalha no atletismo em Jogos Paralímpicos (BERGOSSI, 2015). A partir de então, o Brasil obteve grandes conquistas, e o paratletismo se tornou uma das três maiores modalidades do país, tomando-se como parâmetro os resultados. O primeiro grande atleta brasileiro da modalidade foi Luiz Cláudio Pereira. Ele foi o responsável pelas primeiras medalhas de ouro do Brasil. Pereira venceu as provas de arremesso de peso e lançamento de dardo, além de conquistar duas medalhas de prata, uma no lançamento de disco e outra no pentatlo. O atleta repetiu o feito em Seul (1988), conquistando três medalhas de ouro e uma de prata. Em Barcelona (1992), encerrou sua carreira, obtendo uma medalha de ouro no arremesso de peso. Luiz Cláudio Pereira foi um exemplo para todos os atletas que vieram depois dele. No mesmo período no qual Pereira iniciou a carreira, Ádria Rocha Santos também começou a se destacar no cenário, tornando-se, mais tarde, a brasileira com maior número de medalhas paralímpicas do país. Entre os anos de 1988 e 2008, Ádria – especialista nas provas de velocidade de 100m, 200m e 400m – conquistou 15 medalhas nas categorias para deficientes visuais.

Ainda com base no mesmo documento (INTELIGÊNCIA ESPORTIVA, 2015), esses atletas veteranos deixaram um grande legado para a nova geração do atletismo paralímpico nacional, pois as suas histórias são inspiradoras. Em Sydney (2008), os chineses dominaram a competição, conquistando 77 medalhas em diversas categorias. O Brasil conquistou 15 medalhas, porém, para os parâmetros nacionais, essa foi uma ótima paralimpíada: o país subiu da 15ª colocação para a 10ª no *ranking* geral. Isso mostra que a nova leva de atletas brasileiros e equipe técnica vêm fazendo um trabalho intenso e memorável. Nesse período mais recente da seleção brasileira de paratletismo, um dos nomes em destaque é o de Terezinha Guilhermina. A atleta já conquistou nove medalhas paralímpicas, dentre elas, três são de ouro, uma foi em Pequim (2008) e duas foram em Londres (2012), nas provas de velocidade 100m, 200m e 400m para deficientes visuais. Outros atletas brasileiros de destaque são os velocistas Alan Fonteles, Petrócio Ferreira, Yohansson Nascimento e Aline Rocha (provas de meio-fundo, fundo e maratona), corredora de cadeira de rodas.

O atletismo paralímpico é praticado por atletas com deficiência física, visual ou intelectual. Há provas de corrida, saltos, lançamentos e arremessos, tanto na categoria feminina quanto na masculina. Cada uma conta com suas disputas específicas:

Quadro 1 – Atletismo Paralímpico

PROVAS DE PISTA		PROVAS DE RUA		PROVAS DE CAMPO
Velocidade	100m	Meia Maratona	21km	Lançamento de Disco
	200m	Maratona	42,195km	Lançamento de Club
	400m			Lançamento de Dardo
Revezamento	4x100m			Arremesso de Peso
	4x400m			Salto em Distância (pista)
Meio Fundo	800m			Salto Triplo (pista)
	1500m			Salto em Altura (pista)
Fundo	5000m			
	10000m			

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Petra, uma tricicleta sem pedais, conhecida internacionalmente como *Race Running* e de origem dinamarquesa, vem sendo incorporada pela modalidade, e utilizada por pessoas com dificuldades de marcha e locomoção, em provas de 100m, 200m, 400m, 800m, 1500m e 5000m. O atletismo paralímpico é regulamentado pelo

IPC e coordenado pelo comitê técnico esportivo do IPC *Athletics*. Quase todas as provas do esporte olímpico também existem no paralímpico (CPB, 2019).

Referente à classificação funcional ou classificação esportiva (MELLO; WINCKLER, 2012), os competidores são divididos em grupos de acordo com o grau de deficiência, constatado pela classificação. A avaliação é feita por médicos, fisioterapeutas e profissionais de educação física, no intuito de deixar a disputa tão justa quanto possível e fazer com que os atletas possam competir com outros de mesmas características funcionais. Atletas que disputam provas de pista e de rua (velocidade, meio-fundo, fundo e maratona), salto em distância, altura e triplo, levam a letra T (*track*, pista, em inglês) em sua classe. Já os atletas que fazem provas de campo (arremessos e lançamentos) são identificados com a letra F (*field*, campo, em inglês) na classificação.

Para os atletas deficientes visuais, as regras de utilização de atletas-guia e de apoio variam de acordo com a classe funcional. Nas provas de 5.000m, de 10.000m e na maratona, os atletas das classes T11 e T12 podem ser auxiliados por até dois atletas-guia durante o percurso (a troca é feita durante a disputa). No caso de pódio, apenas o atleta-guia que terminar a prova recebe medalha, o outro, não. Há, também, situações específicas em que um guia que não estava inscrito inicialmente em determinada prova tenha de correr. Nesse caso, ele não recebe medalha caso suba ao pódio (CPB, 2019).

A modalidade, no Brasil, é regida pelo CPB, não havendo confederação específica para essa modalidade. As principais competições nacionais em nível adulto são: Circuito Loterias Caixa e Campeonato Brasileiro de Atletismo Paralímpico. Dentre as competições internacionais, temos o Open Internacional de Atletismo, os Jogos Parapan-Americanos, o Mundial de Atletismo Paralímpico e os Jogos Paralímpicos. É importante registrar que, em nível nacional, ainda temos as disputas das Paralimpíadas Escolares, o Circuito Paralímpico Escolar e os Jogos Paralímpicos Universitários.

Segundo Haiachi *et al.* (2016), o esporte apresenta características importantes para o desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico e social dos indivíduos (melhora da autoestima, independência para desenvolver tarefas cotidianas, possibilidade de estabelecer novas relações, conhecer pessoas, desenvolver potencialidades e estimular novas habilidades). É a partir desse momento que o esporte promove uma série de mudanças na vida dos atletas

paralímpicos. Essas mudanças serão descritas ao longo dos seguintes momentos: (i) terapêutico/educacional; (ii) reabilitação; (iii) social; (iv) saúde; e (v) alto rendimento.

O primeiro momento está centrado nas questões terapêuticas e educacionais, relativas à preocupação com o movimento do corpo, fora do padrão de normalidade, e à necessidade de transformar as pessoas excluídas da sociedade em membros produtivos e ativos. Esse fato pode ser ratificado com a criação das primeiras escolas para educação de surdos e cegos, o que culminou com a criação do Sistema Braille e da Língua de Sinais.

O segundo momento tem como foco a reabilitação, na perspectiva de amenizar os traumas causados aos combatentes no período entreguerras (1918-1939). A prática esportiva surge como complemento no processo de reabilitação, utilizando modalidades como o golfe, o tiro esportivo, o tiro com arco e o basquete em cadeira de rodas.

O terceiro momento acompanha as manifestações sociais de luta pelos direitos das pessoas com deficiência, como a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência (1975), o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (1981), a inclusão da pessoa com deficiência na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1985) e a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (1992). Toda essa mobilização serviu para colocar a deficiência na agenda de prioridades da Organização das Nações Unidas (ONU). A exposição das necessidades e a luta pelos direitos colaboraram para a construção de ações mais efetivas e conscientes com relação a uma melhor participação do deficiente na sociedade.

O quarto momento surge a partir da preocupação mundial com os aspectos de saúde, sendo a prática esportiva um instrumento para o combate ao sedentarismo, à obesidade e aos fatores de risco associados. O aspecto preventivo e o reconhecimento dos benefícios do esporte fazem com que a área médica reconheça seu verdadeiro papel na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O quinto momento retrata o rendimento esportivo, quando são necessários a dedicação, o treinamento e a busca pela excelência para superar seus adversários e melhorar cada vez mais seus próprios resultados. A dedicação exclusiva ao treinamento, aliada à constante inovação tecnológica, principalmente com relação aos materiais, equipamentos e estratégias de treino, influencia diretamente no

desempenho esportivo do atleta paralímpico. Ao aumentar as chances de obtenção de recursos financeiros (públicos e privados), através do desempenho esportivo, abre-se espaço para o profissionalismo no esporte paralímpico. A carreira esportiva dos atletas paralímpicos passa a estar diretamente relacionada com a obtenção e a manutenção de resultados, o que eleva as exigências e seu nível técnico, ratificando o esporte paralímpico como de alto rendimento esportivo.

## 2.5 SUPORTE AO ATLETA

O atleta que prima por um bom resultado, juntamente com sua equipe técnica, requer planejamento, estruturação e organização das ações. Esse conceito amplo é muitas vezes conhecido como periodização do treino (BOMPA, 2002) e inclui, de acordo com o calendário anual, bianual ou ciclo olímpico ou paralímpico, planificar o que o atleta pretende atingir com relação às competições, marcas e performance.

Gomes (2009) ainda aponta que a habilidade de direcionar a periodização do treino é um dos elementos fundamentais da arte de se elaborar a preparação desportiva ótima. E, para que isso aconteça, o atleta, o principal envolvido e protagonista no processo, deve ser amparado de modo multidisciplinar e, se possível, ter o suporte da estrutura física dos locais de treinamento.

Sabe-se que, apesar do Brasil ainda não ter uma política de esporte bem desenvolvida e consolidada, houve alguns avanços nos últimos anos. Como mostrado na seção 2.3, políticas públicas em determinado período foram promovidas com a esperança de mudança na estrutura esportiva. Antigamente, o atleta esperava pelo “milagroso” patrocínio; hoje pelo menos, tem-se a possibilidade de outras fontes de apoio financeiro, por intermédio ou auxílio do poder público.

Peres e Lovisolo (2006) apontam, com base na questão de suporte ao atleta, no que diz respeito à estrutura, que podemos citar: alimentação, moradia, transporte ao local de treinamento, equipamentos esportivos, local de treinamento, recursos financeiros e acesso (para pessoas com deficiência). E o aperfeiçoamento técnico deve ser composto por treinador e auxiliares, preparador físico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, médico, dentre outros.

Embora não abordado neste estudo, o suporte dos pais e/ou familiares e todas as experiências que o indivíduo traz consigo também parecem influenciar no decorrer do processo de treino e na carreira do atleta envolvido (NASCIMENTO

JÚNIOR *et al.*, 2017). Isso mostra a complexidade do processo de treinamento ao qual o atleta está submetido e como a psicologia, em todos os seus aspectos, está inserida nesse processo (GAERTNER, 2002). Assim, existem vários fatores que podem estimular a satisfação do atleta e influenciar em seu resultado esportivo (BORREGO *et al.*, 2010).

Cada país, localidade, centro esportivo e clube tem suas particularidades na questão organizacional do esporte (MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012) e, por consequência, no suporte que fornece ao seu atleta. Em um país de dimensões continentais e com uma desigualdade social muito elevada, as diferenças são maiores e mais gritantes.

Um estudo de Mazzei *et al.* (2012) constata que há iniciativas isoladas e um déficit por parte dos órgãos gestores do esporte olímpico e de alto rendimento no Brasil (Ministério do Esporte e COB) para o desenvolvimento de instalações esportivas para o treinamento de atletas. Esse é um cenário muito diferente daquele encontrado em países com sucesso esportivo internacional. O investimento em centros de treinamento esportivo é recomendado por estudos que comparam modelos de políticas do esporte de sucesso existentes no contexto internacional. Isso nos permite concluir que o país não possui uma política voltada para as instalações, para a formação e para o desenvolvimento de modalidades olímpicas, o que se reflete até mesmo nos diversos tipos de gestão das instalações. Na esfera do esporte paralímpico, sabemos que, às vezes, paratletas utilizam esses centros para a prática, no entanto, em São Paulo há apenas um centro específico para o esporte paralímpico.

Em uma sociedade que ainda negligencia muitos direitos à pessoa com deficiência, basta olhar em volta que percebemos a exclusão e a falta de acesso no cotidiano. Com relação ao esporte paralímpico, ainda que este tenha conseguido algum destaque nos últimos anos, ainda estamos muito longe de uma situação igualitária, ou, no mínimo, aceitável. Poderíamos apontar também, dentre outros fatores para o suporte ao atleta, questões anteriores à prática adulta ou de rendimento. Em nível escolar, dois dos fatores que dificultam a prática ou culminam em falta de apoio ou suporte são o despreparo e o acesso dificultoso (TEODORO, 2007), assuntos que serão explorados no próximo capítulo.

## 2.6 BARREIRAS PARA A PRÁTICA

Ainda existem muitas barreiras e falta de acessibilidade para as pessoas com deficiência praticarem esportes. Rimmer e Marques (2012) explicam que as principais barreiras para a prática de atividades físicas nessa população podem ser divididas em pessoais (dor, fadiga, percepção de que a atividade seja difícil, falta de conhecimento sobre as atividades) e ambientais (falta de transporte, de equipamentos adequados, de profissionais capacitados, de acessibilidade arquitetônica e de recursos financeiros para a prática).

As barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência para a prática de esporte diferem daquelas normalmente enfrentadas pela população não deficiente (RIMMER *et al.*, 2004). Enquanto, para estes, a falta de tempo e de dinheiro são fatores de destaque, para aquelas com deficiência, os principais obstáculos dizem respeito a construções e ambientes naturais inacessíveis (falta de acessibilidade), dificuldades psicológicas e emocionais, falta de equipamentos apropriados para a prática, falta de informação e formação profissional, problemas com transporte e percepção negativa sobre a atitude das demais pessoas durante a prática em ambientes inclusivos. Estudos específicos sobre barreiras e determinantes para a prática de atividade física entre pessoas com deficiência apontam que essas variáveis se modificam conforme o tipo de deficiência analisado (GREGUOL, 2017).

Para as pessoas com deficiência intelectual, as barreiras estão mais relacionadas à dependência de terceiros para conseguirem frequentar um programa esportivo e à escassez de informações sobre a existência de oportunidades disponíveis. Nesse caso, a existência de programas comunitários que buscassem envolver a família na sua estrutura programática poderia ser uma estratégia para amenizar essa situação (TALIAFERRO; HAMMOND, 2016). Já entre pessoas com deficiência visual, algumas barreiras levantadas com frequência foram: falta de apoio familiar, infraestrutura limitada, falta de capacitação do profissional de educação física, sentimento de exclusão nas atividades e dificuldades na orientação espacial (MORGADO; SOUTO; GREGUOL, 2016). Entre pessoas com deficiências físicas, por sua vez, as barreiras mais relatadas são as ambientais: acessibilidade às instalações, aos meios de transporte e os fatores associados à funcionalidade (SAEBU; SORENSEN, 2011).

Devine (2016) observou que ainda existe a mistificação social de que a prática de atividades físicas por crianças com deficiência é algo desnecessário ou

arriscado, o que pode reforçar ainda mais a falta de oportunidades para o acesso aos programas existentes ou a não criação de programas direcionados a essa população. Entretanto, inúmeras são as vantagens que o esporte proporciona ao seu praticante, e, no caso da pessoa com deficiência, isso não é diferente. Os benefícios também devem ser destacados: melhora da saúde, autonomia, autoestima, convívio social, transmissão de valores, dentre outros.

No caso do alto rendimento, a possibilidade de renda, proporcionada pelos mecanismos de incentivo do governo federal dos últimos anos, pela contratação por clubes, pela atração crescente de patrocínios, e a possibilidade do esporte como profissão são atrativos para o atleta iniciar a prática esportiva e permanecer nela. O fomento do esporte paralímpico entre as pessoas com ou sem deficiência faz parte de um processo de valorização, desmistificação e incentivo de igualdade de direitos. O movimento paralímpico constrói uma ponte que liga o esporte à consciência social, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade mais equitativa com respeito e oportunidades iguais para todos os indivíduos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Esta dissertação é um estudo de caráter qualitativo/descritivo, com uma entrevista semiestruturada de natureza exploratória, em uma abordagem sociocultural na técnica para coleta de dados. Segundo Minayo (2010) e Molina Neto e Triviños (2010), a pesquisa qualitativa se caracteriza por ser particular, criativa e artesanal. Tem o intuito de mostrar o que foi encontrado com a teoria, a pesquisa e o movimento. Esse movimento interpretativo da realidade é um dos propósitos da pesquisa qualitativa. Através das respostas dos treinadores, tentamos entender as suas percepções e impressões da modalidade de atletismo paralímpico.

#### 3.2 ENTREVISTAS

Segundo Negrine (2010), entrevista diz respeito à coleta de informações ou opiniões sobre determinado assunto ou temática de forma oral por parte do entrevistado. Flick (2009) afirma que a entrevista é um dos principais métodos da pesquisa qualitativa. Existem diversas formas de se fazer entrevistas, no caso deste estudo, foi utilizado o método de entrevista semiestruturada, pois:

[...] é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário. (FLICK, 2009, p. 143)

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem relevância, pois, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, propõe todo o alcance e liberdade necessária para que o informante enriqueça a investigação. Flick (2009) ainda aponta que o entrevistado possui uma reserva de conhecimento complexa sobre o tópico a ser explorado, que inclui suposições explícitas, expressas de forma espontânea ao responder a uma pergunta aberta e que podem ser complementadas por suposições implícitas. Além disso, propicia um cenário para o diálogo e uma flexibilidade que permite aos participantes incluir contribuições relevantes e algo novo sobre o foco do estudo (MOLINA NETO; TRIVIAÑOS, 2010).

De acordo com Flick (2009), pesquisas qualitativas envolvendo um determinado público e entrevistas semiestruturadas podem contribuir para a qualidade do estudo. A investigação é pautada em uma abordagem qualitativa. O autor destaca que, nesse método, não há a preocupação de se generalizar os achados, mas de se realizar a análise de um grupo ou situação em específico (foco) (NEGRINE, 2010). Minayo (2010) aponta que a descoberta de processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos específicos promove a construção de abordagens novas, revisão e criação de novos conceitos e categorias, durante o processo de investigação. A entrevista foi um encontro combinado em um local predeterminado.

### 3.3 OS ENTREVISTADOS

É importante na seleção da amostra que se encontre as pessoas certas, que tenham a ver com o propósito do estudo, para a realização das entrevistas (FLICK, 2009). Com base nessa informação, considera-se que os treinadores sejam a principal fonte de informações para descrever o que acontece e como se reflete a rotina de tudo que envolve os treinamentos da modalidade de atletismo paralímpico.

O treinador é peça-chave para o processo de desenvolvimento do esporte, assim como o atleta. A entrevista com um especialista é integrada ao estudo não apenas como um caso único, mas como representante de um grupo, sendo identitário ao propósito do estudo. Por ser um especialista no assunto, no caso o treinador, as informações potencialmente relevantes são mais restritas do que em outras entrevistas, tendo então o entrevistador uma função diretiva mais importante (FLICK, 2009).

Foram entrevistados quatro treinadores de atletismo paralímpico do RS (dois do gênero feminino e dois do gênero masculino), que tiveram atletas disputando competições do CPB, especificamente no Circuito Loterias Caixa 2019. Segundo o levantamento das inscrições da etapa Rio Sul do Circuito Loterias Caixa 2019, esse é o número de treinadores que estiveram presentes com atletas disputando essa competição do RS na modalidade.

Nesse intuito e propósito de investigação, relacionado ao alto rendimento esportivo, os treinadores entrevistados apresentaram atletas disputando o Circuito Loterias Caixa 2019, que, segundo o CPB (2020), é o mais importante evento

paralímpico nacional da modalidade. Tem como objetivo desenvolver práticas esportivas em todos os municípios e estados brasileiros, além de melhorar o nível técnico das modalidades, dar oportunidades a paratletas de elite e elevar o reconhecimento do esporte paralímpico do país. Em suma, organiza-se da seguinte maneira: a inscrição é aberta e não requer índices mínimos para participar da fase regional. Sua estrutura é composta por quatro fases regionais (Rio Sul, São Paulo, Centro/Leste e Norte/Nordeste). Os atletas que conseguem atingir um índice mínimo podem participar de mais duas fases nacionais, podendo escolher fazê-lo ou não. O atleta que consegue a melhor marca em alguma dessas fases é considerado o primeiro do *ranking* da competição do ano em sua determinada prova e classe.

### 3.4 ROTEIRO DA ENTREVISTA

Para bem responder às questões norteadoras do estudo, seguiu-se um roteiro de entrevista que contém uma série de questões previamente estabelecidas (APÊNDICE B). Segundo Flick (2009), o método de entrevista semiestruturada se pauta na padronização e controle da condução das entrevistas, facilitando a posterior análise e comparação das informações obtidas. Assim sendo, com as entrevistas realizadas com especialistas, espera-se que a variabilidade das informações relevantes ao estudo seja restrita, pois, nesse caso, o interesse no entrevistado está na sua representatividade do grupo.

Inicialmente, foram verificados os dados de identificação dos treinadores (APÊNDICE A), e, posteriormente, feitas as perguntas referentes às questões norteadoras do estudo e aos objetivos específicos da investigação. No decorrer das entrevistas, outras categorias e questões, oriundas dos depoimentos dos entrevistados, surgiram e passaram a integrar a análise, para que se pudesse interpretar melhor os resultados obtidos (FLICK, 2009; DUARTE, 2002; TRIVIÑOS, 1987).

### 3.5 PROCEDIMENTOS DAS ENTREVISTAS

Após a análise prévia na comunidade de treinadores do atletismo paralímpico gaúcho, foi definido um grupo de reconhecida competência profissional e grande

representatividade social no meio esportivo para a realização das entrevistas, e, então, foi feito um contato inicial diretamente com o entrevistado. Tendo realizado o primeiro contato com o treinador, os objetivos do estudo foram apresentados e esclarecidos. Em seguida, foi feita a entrega e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), que autoriza a divulgação das informações para finalidades científicas. E, finalmente, a entrevista foi agendada, com data, horário, local e tempo predeterminados em comum acordo.

A aplicação da entrevista foi realizada individualmente, sempre pelo mesmo entrevistador. A mesma foi gravada através de um gravador digital de áudio para que dados importantes não fossem perdidos. Após a gravação da entrevista, foi realizada a transcrição e a análise do conteúdo (TRIVIÑOS, 1987). Concluídas as transcrições, as mesmas foram encaminhadas, via correio eletrônico ou impressas, para os entrevistados. Assim, os mesmos puderam avaliar o conteúdo transcrito, aprovando-o, refutando-o ou corrigindo-o. Conforme previamente acordado com os participantes, foram respeitados os critérios de confidencialidade e privacidade, suas identidades foram mantidas em sigilo, e apenas as informações que os treinadores concordaram em expor foram utilizadas.

### 3.6 ANÁLISE TEMÁTICA DO CONTEÚDO

Em um primeiro momento, o material foi organizado e codificado, em seguida, enquadrado de acordo com a fundamentação teórica e os objetivos do estudo. Realizada essa primeira etapa, foi feita a interpretação de significado e uma análise profunda dos depoimentos registrados, de modo a relacioná-los com os objetivos da investigação. Assim, o que se pretendeu foi realizar uma comparação das respostas dos entrevistados, buscando diferenças e semelhanças entre os depoimentos para cada categoria presente no estudo (FLICK, 2009).

A análise temática de conteúdo (FLICK, 2009) foi aplicada para a interpretação das informações oriundas das entrevistas. Tal proposta incluiu processos de codificação e categorização dos dados narrativos. O procedimento da codificação temática possui alguns questionamentos como base para a análise do conteúdo das entrevistas, que podem ser aplicadas ao objeto de estudo.

Partindo das referidas perguntas, bem como do problema e das questões norteadoras do estudo, foi realizada a primeira etapa da codificação temática, que

consiste na descrição de cada narrativa coletada, incluindo aspectos da entrevista e do entrevistado, como temas geradores, depoimentos obtidos na entrevista e dados de identificação do participante. Essa etapa ainda contempla a análise da narrativa individual, buscando encontrar os significados que ela produz em torno do objeto estudado e criando domínios temáticos e categorias a partir deles.

O mesmo procedimento foi aplicado para as demais narrativas, podendo emergir distintos domínios temáticos e categorias para cada caso. Assim, o cruzamento dessas informações foi realizado e, por fim, foi estabelecida uma “estrutura temática” que fornece o conjunto de significados oriundos de todas as narrativas analisadas. Isso permite a consideração de consonâncias e conflitos presentes nos distintos depoimentos. Vale mencionar que as contradições encontradas podem suscitar modificações da estrutura temática em qualquer fase do processo da análise das informações, que se dá de forma contínua.

Por fim, foi feita a descrição dos dados e, juntamente a isso, a interpretação e reflexão dos resultados com base nos depoimentos e na revisão de literatura. Não foi descartado o surgimento de categorias “nativas”, que podem auxiliar a classificar com mais objetividade o que se extrai dos diferentes depoimentos (DUARTE, 2002). Além das categorias e conceitos do referencial teórico, o entrevistador, deve estar atento para o surgimento de novas categorias advindas dos discursos dos entrevistados e deve incluí-las na análise. O estudo apresenta cinco categorias, dentro da perspectiva da análise de conteúdo:

- Situação Atual da Modalidade no RS;
- Suporte ao Atleta I (estrutura);
- Suporte ao Atleta II (profissional);
- Projeções Futuras da Modalidade;
- Relação Esporte Paralímpico e Pessoa com Deficiência.

### 3.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa (CEP), da UFRGS-Porto Alegre, sob parecer nº 271.526 em 07/02/2013 e sendo observadas as questões éticas inerentes à pesquisa com seres humanos conforme previsto na

Resolução nº 196/1996 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1996). Conforme essa resolução, e, de maneira geral, foram observados os princípios de autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. Os entrevistados também receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), que explica o tema e o objetivo geral da pesquisa na qual eles podem vir a participar (nesse caso, um estudo para a realização de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS) e, em caso positivo, o que se espera de sua participação. Ainda foi explicado aos treinadores que os mesmos poderiam optar por não participar (se assim o desejassem), ou (no caso de participarem) por vedar a utilização de seus dados no estudo. Por fim, foi acordado com os participantes o respeito aos critérios de confidencialidade e privacidade, mantendo suas identidades em sigilo e utilizando apenas as informações que os treinadores concordaram em expor.

## 4 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme descrito no capítulo sobre a metodologia, para seguir as questões norteadoras, foram estabelecidas cinco categorias, no intuito de respondê-las. As opiniões dos entrevistados foram confrontadas, organizadas e analisadas de acordo com essas categorias e serão também apresentadas nessa ordem:

- Situação Atual da Modalidade no RS;
- Suporte ao Atleta I (estrutura);
- Suporte ao Atleta II (profissional);
- Projeções Futuras da Modalidade;
- Relação Esporte Paralímpico e Pessoa com Deficiência.

### 4.1 SITUAÇÃO ATUAL DA MODALIDADE NO RS

É importante frisar que todos os treinadores entrevistados são formados em Educação Física e que a formação na área é uma exigência do CPB para cadastro e inscrição em competições. A primeira categoria nos traz a percepção dos treinadores no que diz respeito à situação atual da modalidade no RS. As atividades do treinador abrangem diversos focos de atuação, como treino, competição, gestão e educação (DUFFY, 2006). No exercício de suas funções, ele deve demonstrar um conjunto de conhecimentos variados, mediante o contexto e a complexidade das situações com que se depara frequentemente (ROSADO; MESQUITA, 2011).

Nessa prerrogativa de observação daquilo que está à sua volta, para entender como o treinador percebe o andamento da modalidade, os entrevistados responderam à seguinte questão: **Como você vê, em âmbito regional, a modalidade de atletismo paralímpico? Fale sobre a sua impressão da modalidade (percepção geral).**

O Treinador 2, gênero feminino, que trabalha há sete anos com a modalidade e possui o curso nível II de treinador do CPB, tem a seguinte impressão:

*“Eu acho que precisa crescer mais, ser mais fomentada, eu acho que nós ainda somos poucos profissionais trabalhando nisso, principalmente no atletismo, geralmente, a modalidade que mais tem atleta. Eu acho que nós somos ainda poucos profissionais fomentando o esporte. Temos bastante crianças,*

*principalmente no interior, e falta trabalharmos com essas crianças. Mas não só crianças...”*

Já o Treinador 3, gênero masculino, que tem a vasta experiência de vinte e três anos com o trabalho na modalidade e curso nível II do CPB, coloca:

*“Eu acho que ela está muito aquém do que pode ser, por causa da pouca participação de atletas, poucas opções de competições se formos pensar no estado, né, poucos profissionais envolvidos – os que trabalham com o atletismo paralímpico se conhecem. E isso acaba sendo pequeno por toda a demanda possível existente, que nós também não conhecemos. Poderíamos ter mais clubes, instituições, municípios envolvidos, falta divulgação.”*

O Treinador 4, gênero masculino, que tem cinco anos de experiência no trabalho com atletismo paralímpico e curso nível III de treinador do CPB, frisa que:

*“O nosso paradesporto, principalmente aqui em nossa cidade, não é bem visto, não. Falta muito incentivo, o pessoal fica mascarando, dizendo que tem uma parte que está desenvolvendo nesse sentido. Mas, recentemente, nossa competição municipal acabou sendo trocada pelo convencional.”*

As respostas dos três treinadores trazem a ideia de que faltam incentivos e promoções para o fomento do esporte de uma política pública local. Dias e Matos (2012) definem o termo política pública como o conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do estado na solução dos problemas nacionais. São ações empreendidas, ou não, pelos governos, que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida compatível com a dignidade humana. O que os treinadores apontam nesse primeiro momento é a falta de uma maior participação do Estado, no intuito de incentivar a prática verdadeiramente, e não só depender de esforços isolados. Nesse sentido, o Treinador 1, gênero feminino, com sete anos de experiência na modalidade e curso nível II de treinador do CPB, aponta:

*“Eu acho que a gente, enquanto técnicos, atletas e instituições, está tentando expandir e aumentar essa participação. Tanto que sempre conversamos – quantos atletas tu tem, um ou outro vai levar –, um empurrando pro outro algum atleta que na minha região não dá pra treinar, então passamos pro outro. Acho que com isso aumentamos a participação do estado nesses eventos estaduais e regionais também.”*

Seu depoimento mostra o esforço dos profissionais envolvidos para a manutenção e crescimento da modalidade. Uma pergunta que surgiu no decorrer da primeira questão (FLICK, 2009; DUARTE, 2002; TRIVIÑOS, 1987), pensando em complementar as ideias dos treinadores, foi de como se aumenta a participação de atletas, variando o tipo de colocação para cada um, mas com a seguinte ideia: **Ter mais competições ajudaria no fomento e mais participação de atletas?**

*“Eu acho, por exemplo, que se o estado tivesse, se fosse fixada uma competição estadual em nível de rendimento – o que a gente tem é o PARAJIRGS, que esse ano não aconteceu e não vai acontecer, de novo –, se existisse essa questão de termos uma competição, fixa no calendário, que tem que acontecer, sem deixar pra depois e não depender de edital, acho que teríamos mais incentivo. Tem muita gente que desiste porque não tem competição, por exemplo. Esse ano, a competição que teve foi o Regional. Se tu não classificar pro nacional, tu não tem mais competição. Qual a motivação desse atleta?” (T1)*

*“Sim, um incentivo mais real do estado. Antes aconteciam algumas iniciativas, agora nem sei mais como está isso, até em termos de divulgação, que eram os festivais paralímpicos. O estado fazia um em cada região, isto dava uma fomentada, mas eu penso que agora caiu bastante, nós tínhamos a fundação antes, que trabalhou pra iniciar este fomento, mas depois se perdeu um pouco. Ele estava subindo, precisava atingir mais regiões, escolas e competições, mas aí deu uma estacionada. Uma coisa que perdemos muito foram as competições. Se vemos hoje, uma competição que movimentava o pessoal era o PARAJIRGS, e faz um tempo que não acontece. Isso prejudicou bastante...” (T2)*

*“Ah, com certeza, nós praticamente não temos competições em nível estadual. Nós teríamos, deveríamos ter tido, o PARAJIRGS, mas, nos últimos cinco anos, se tivemos um, foi muito. E, nos dois últimos anos, [o PARAJIRGS] foi marcado num período pré-Natal. Uma semana antes do Natal, as pessoas já estavam de férias, as pessoas não puderam participar, foi um período muito esvaziado. E não vejo outras competições, o Jogos Abertos de Caxias do Sul, muito pouco divulgado. E nem sei se temos outras competições, na verdade. Na rede onde trabalho, a APAE<sup>4</sup>, temos as Regionais, mas é mais específico para o público com deficiência intelectual e paralisia cerebral. Mas fora isso, a gente tá num vazio, a gente não tem competições que deem uma rotina para essas pessoas e estímulo.” (T3)*

*“É, pelo aumento de competições, com certeza, a gente teria muito mais visibilidade. Quando o pessoal fala de olimpíada e paralimpíada, a gente tem até pouca visibilidade. Principalmente os canais de mídia, os principais, acabam não mostrando e não divulgando, a não ser os “estrelinhas”, que eles vão mostrando. Mas até pelo próprio governo falta incentivo. Agora mesmo, a gente recebeu um anúncio de uma instituição que vai cobrar taxas de atletas deficientes intelectuais, a CBDI, que é um absurdo. Não tem como depois você manter um atleta pra esse nível de competições. Acaba tendo competições, e as poucas que têm acabam tendo muito custo...” (T4)*

---

<sup>4</sup> Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Podemos verificar que a ausência ou diminuição no número de competições parece ser um fator que pode desmotivar, e já tem desmotivado, a sequência de trabalho, o andamento da modalidade e o número de atletas envolvidos. Há, ainda, uma crítica forte ao Estado, no que diz respeito à não realização de determinada competição por eles citada, o PARAJIRGS (competição aberta de nível adulto). Essas questões apontadas demonstram a falta de incentivo ao atleta. As falas dos entrevistados demonstram a vontade de participar, mas, como estão engessados pela ausência de oportunidades de competições, acaba havendo poucas participações.

Alguns dos motivos que levam à prática esportiva, segundo a literatura, resultam da combinação de múltiplos atributos sociais, ambientais e individuais, que determinam a opção pela modalidade específica (GUEDES; SILVÉRIO NETTO, 2013). A relação que se estabelece entre o praticante/atleta e o esporte é uma relação de saber, e ela é sempre identitária e social (MELLO; FERREIRA NETO; VOTRE, 2009). Por outro lado, não existindo o desafio competitivo e a convivência esportiva, o processo que envolve o treinamento se enfraquece e até mesmo o convívio social diminui. A necessidade de percepção de vínculo social é proveniente da procura de relacionamentos com outras pessoas, grupos ou comunidades (BATISTA *et al.*, 2017).

Cardoso (2011) enfatiza que o engajamento social é um fator importante para a iniciação no esporte. Pessoas com deficiência buscam no esporte uma oportunidade para ampliar sua socialização com pares, sob a mesma condição de pessoas sem deficiência, e essa busca favorece o ingresso e a permanência no esporte paralímpico. A motivação, por sua vez, pode melhorar o desempenho, em um círculo virtuoso absolutamente desejável. Mourouço (2007) descreve que a motivação é responsável pela direção, intensidade e persistência dos indivíduos em uma determinada modalidade esportiva.

Em um estudo com atletas paralímpicos, Ribas *et al.* (2019) mostram que os principais resultados do fortalecimento de vínculos com os pares dentro do contexto esportivo dizem respeito às dimensões de autonomia e estabelecimento de relações sociais positivas. Quanto mais o atleta está envolvido no contexto do treinamento e competições, mais está inserido nesse processo (GOMES, 2009). Acreditamos que sua participação, melhora no desempenho e continuidade no esporte só tendem a crescer, ou seja, isso contribui, na totalidade, para o próprio desenvolvimento direto

e indireto da modalidade, pois, assim, com mais competições, seja por incentivo ou não do Estado (poder público), mais clubes e atletas demonstrariam seu interesse, aumentando o número de praticantes. Quanto mais possibilidade e oportunidade de prática, quanto mais competições e pessoas envolvidas, tanto maior a chance de atrair ações da iniciativa privada e, talvez, até modificar a lógica atual do esporte paralímpico, que é regido e motivado por iniciativas de políticas públicas provenientes do governo federal e por intermédio do CPB.

#### 4.2 SUPORTE AO ATLETA I (ESTRUTURA)

A segunda categoria aponta para o suporte ao qual seus atletas têm acesso dentro da rotina de treinamentos, no que diz respeito à estrutura: **Treinador, responda se cada um dos itens abaixo atende às necessidades dos atletas sob sua orientação e como:**

##### a) Alimentação (onde são as refeições dos atletas, quem paga ou fornece?)

Treinador 1	<i>“A maioria dos meus atletas são de baixa renda, então a alimentação deles é muito precária, é aquilo que eles têm em casa para comer”</i>
Treinador 2	<i>“Ele tem a alimentação da casa dele, quem financia é a família”</i>
Treinador 3	<i>“Toda a alimentação é por conta dele, da família”</i>
Treinador 4	<i>“Pela família em casa”</i>

##### b) Moradia (onde, com quem?)

Treinador 1	<i>“Cada um mora na sua casa”</i>
Treinador 2	<i>“Com a família”</i>
Treinador 3	<i>“Mora com os pais”</i>
Treinador 4	<i>“Nas suas casas”</i>

##### c) Transporte ao local de treinamento (como se desloca e quem paga?)

Treinador 1	<i>“Eles vão de transporte público [...], com passagem gratuita”</i>
Treinador 2	<i>“Da família, usam transporte público”</i>
Treinador 3	<i>“Por conta também”</i>
Treinador 4	<i>“A gente se divide por carona, alguns vêm com transporte próprio ou, se não, por transporte público. Alguns têm passe livre”</i>

**d) Equipamentos esportivos (quais são as condições e quem patrocina?)**

Treinador 1	<i>“O material do treinador é meu e do outro professor. Agora, a gente conseguiu adquirir dardos, pesos e discos para a associação. Isso a gente conseguiu por doações”</i>
Treinador 2	<i>“As famílias que custeiam tudo”</i>
Treinador 3	<i>“Sapatilhas de corrida ele mesmo adquire [...]. É o material que ele utiliza”</i>
Treinador 4	<i>“O equipamento a gente acabou adquirindo aqui, fizemos uma campanha”</i>

**e) Local de treinamento (onde é, quem é o responsável?)**

Treinador 1	<i>“No parque municipal em Porto Alegre, que é público, tem uma pista com tamanho oficial [...], mas é de areia”</i>
Treinador 2	<i>“Escola que eu trabalho, é no campo de futebol, e não é um lugar acessível, tem muitas irregularidades no piso, não tem pista, é na grama”</i>
Treinador 3	<i>“Parcão municipal [...]. O local é uma pista de atletismo de areia com 300m. É público”</i>
Treinador 4	<i>“Academia própria do gestor do projeto e pista alugada do SESI<sup>5</sup>”</i>

**f) Recursos financeiros (se existem, de onde vêm?)**

Treinador 1	<i>“A nossa associação está em busca de projetos do governo. Atualmente, no atletismo, não temos projeto ou doação, tudo que pagamos esse ano, quem pagou fui eu. Das passagens para a etapa regional, cada um pagou a sua. Quem teve que pagar fui eu, e depois foram me pagando”</i>
Treinador 2	<i>“Dos três, um deles vai ganhar bolsa escolar”</i>
Treinador 3	<i>“O único recurso financeiro que ele conseguiu, nos últimos dois anos foi o de a prefeitura custear as passagens para as competições. É feita e protocolada uma solicitação de auxílio ao atleta. Se é aprovada, ele recebe o recurso. E ele ganha Bolsa Atleta do Governo Federal”</i>
Treinador 4	<i>“A academia auxilia bastante nos recursos financeiros e, com a arrecadação de almoços e venda de camisetas, a gente consegue ter algum recurso. Não temos, ainda, nenhum patrocinador e ainda não conseguimos formular um projeto na área do esporte ou algo semelhante”</i>

**g) Acesso (como é o acesso ao local para pessoas com deficiência?)**

Treinador 1	<i>“É bem tranquilo. O parque é acessível, inclusive para cadeirante”</i>
Treinador 2	<i>“Não, nada acessível. Para um cadeirante, por exemplo, seria muito difícil, e para um deficiente visual também”</i>
Treinador 3	<i>“Tem acesso, a gente vai pela rua até a pista, tem um espaço que dá pra entrar. Mas, se um cadeirante quer praticar prova de campo, a gente tem que puxar a cadeira, o meio-fio é alto, não tem rampa”</i>
Treinador 4	<i>“[...] hoje está mais acessível, antes a gente tinha que descer o atleta da cadeira, pegar no colo e descer as escadas”</i>

<sup>5</sup> Serviço Social da Indústria.

Não iremos relacionar cada subitem com a literatura, mas, de forma resumida, podemos verificar que, com relação aos itens a e b, alimentação e moradia, todos os atletas fazem as refeições em suas casas e moram com suas famílias, não existindo um alojamento ou centro de treinamento (CT) para alimentação e dormitório. Com relação ao item c, transporte para os treinos, percebemos que todos utilizam transporte público, às vezes gratuito ou custeado pelo próprio atleta ou sua família. O quarto treinador ainda cita a “carona” que o atleta às vezes acaba recebendo dos componentes da equipe. Os equipamentos esportivos para treinos são adquiridos por doações, dois treinadores apontam isso, ou são custeados pelo atleta ou sua família, segundo os outros dois.

Dois treinadores utilizam parques públicos como local de treinamento, um a escola onde trabalha e o outro uma pista alugada. Aqueles que realizam treinos em academias pagam suas mensalidades. A exceção é o quarto treinador, que é gestor do projeto e dono da academia, portanto pode isentar os atletas do pagamento. O Treinador 1 e sua associação se mantêm por doações e vontade dos professores, mas querem iniciar um projeto de esporte no futuro. O Treinador 2 relata que apenas um dos atletas irá ganhar bolsa escolar, o restante não possui recursos. O Treinador 3 trabalha com um único atleta de rendimento, que ganha Bolsa Atleta nível adulto e recebe, às vezes, auxílio da prefeitura para custear passagens de viagens. O Treinador 4 é proprietário de uma academia e consegue arrecadar através de algumas ações (almoços, vendas de camisetas). Também ele, no futuro, pretende conseguir verba através de um projeto via poder público.

Com relação aos treinadores e seus trabalhos no esporte paralímpico, foi perguntado, nos dados de identificação, se o seu trabalho nessa área era remunerado. Apenas o Treinador 3 é remunerado, sendo concursado da prefeitura e deslocado (cedido) para o trabalho na APAE, onde desenvolve as atividades os e treinamentos. Os outros treinadores são voluntários em seus projetos. Com relação ao acesso aos locais de treino, percebemos que dois são de fácil acesso, já os outros dois não. O Treinador 3 aponta que, a prática de prova de campo (arremessos e lançamentos) seria muito difícil para um cadeirante por falta de acessibilidade, e o Treinador 2 coloca que o acesso para pessoas com deficiência visual e cadeirante também é difícil. Segundo estudo de Rimmer *et al.* (2004), uma das principais barreiras para a prática esportiva de pessoas com deficiência diz respeito às construções e ambientes naturais inacessíveis (falta de acessibilidade).

Peres e Lovisolo (2006), com base na questão de suporte ao atleta, no que diz respeito à estrutura, citam alimentação, moradia, transporte ao local de treinamento, equipamentos esportivos, local de treinamento, recursos financeiros, acesso (para pessoas com deficiência). Verificamos que ainda temos muito a evoluir e melhorar nesse sentido. Pelo menos no RS, no atletismo paralímpico, segundo a fala dos treinadores entrevistados, a parte de estrutura no suporte ao atleta deixa muito a desejar, e contornar esses problemas depende muito mais dos próprios atletas, de suas famílias e treinadores.

Historicamente, em outros países, existe essa estrutura para o esporte convencional. O poder estatal fornece a base para o desenvolvimento do esporte na escola, como, por exemplo, ainda acontece no leste europeu, por influência do socialismo (JESUS, 2010), onde a promoção da cultura esportiva era uma política pública, proporcionada pela escola, e esse incentivo era estendido ao alto rendimento, atingindo seu auge na Guerra Fria. Por outro lado, também no expoente capitalista, os Estados Unidos, acontecia, e acontece até a atualidade, o incentivo do aluno, desde a escola até o ambiente universitário, com possibilidade de bolsas e descontos nos estudos de alunos com bom rendimento esportivo. O esporte foi usado em ações estratégicas e em propagandas políticas dos países e seus regimes de governo (SIGOLI; ROSE JÚNIOR, 2008). Mas, no esporte paralímpico, ainda não temos muitos achados na literatura de como esse processo se estabelece, ou se há uma política direcionada ao desenvolvimento do paradesporto em outros países.

Em termos de estrutura, uma referência nacional e mundial é o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, localizado na cidade de São Paulo. Um local com acessibilidade, dormitório, refeitório, academia, pista de atletismo, piscina, sala de fisioterapia, etc. Mas não temos outro local com essa estrutura no país. Em um estudo de Meira, Bastos e Böhme (2012), os autores colocam que o esporte brasileiro necessita de estruturação esportiva em nível nacional para que programas e projetos esportivos funcionem em nível regional. Esse estudo é referente ao esporte convencional, mas os resultados também se aplicam para o esporte paralímpico. A parte estrutural de centros de treino, capacitação, e incentivos financeiros serviria de suporte ao atleta e também aos treinadores, valorizando o trabalho desenvolvido na localidade.

Mazzei *et al.* (2014) mostram que houve um grande investimento do país, pelo fato de o Brasil ter sido sede de grandes eventos esportivos nos últimos anos,

no esporte de alto rendimento. Em contrapartida, as críticas que incidem é que faltam investimentos na base do esporte, e os investimentos são muito centralizados no Rio de Janeiro e São Paulo. Esse alto investimento às vezes não chega a atletas em formação e de outras regiões, nem a clubes, associações e treinadores.

É notório que, com o advento do programa Bolsa Atleta, tanto o esporte paralímpico quanto o olímpico foram beneficiados. O programa (BRASIL, 2005) beneficia atletas em idade escolar e nível adulto, através de uma bolsa de categoria nacional em algumas modalidades esportivas. Seguindo alguns critérios específicos, os três primeiros atletas do *ranking* nacional têm auxílio garantido. É um excelente incentivo para a prática do esporte e sua continuidade. Pode-se dizer, até, que foi um divisor de águas no esporte brasileiro. Mas os atletas que estão abaixo dessas colocações, em nível de maturação, são negligenciados. Os investimentos na infraestrutura para a prática fora dos grandes centros (inclusive em outras capitais) e auxílios aos treinadores são fatores que iriam melhorar e potencializar ainda mais as conquistas e resultados de nossos atletas, descentralizando investimentos e democratizando oportunidades para todo o país.

O esporte é um direito. Investimentos devem ser realizados para que as práticas esportivas sejam fomentadas e atendam àqueles que buscam performance. O espetáculo esportivo também é garantido como atendimento a direitos, se pensarmos que este se caracteriza como alternativa de lazer, ainda que de forma contemplativa e, portanto, também deve ser incentivado pelo Estado em atendimento aos interesses dos cidadãos (BORGES; TONINI, 2012).

#### 4.3 SUPORTE AO ATLETA II (PROFISSIONAL)

A terceira categoria é referente aos profissionais que fornecem apoio ao atleta para seu melhor desenvolvimento e performance. Os autores Peres e Lovisolo (2006) sugerem que o aperfeiçoamento técnico deve ser composto por treinador e auxiliares, preparador físico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, médico, dentre outros. Ou seja, uma equipe multidisciplinar é muito importante para o processo de treinamento do atleta. Gomes (2009) coloca que algumas estratégias de intervenção profissional podem ocorrer dependendo da etapa de preparação esportiva do atleta. De acordo com o calendário competitivo, determinado profissional pode intervir especificamente em uma fase específica de treino e preparação (MATVEEV, 1990;

VERKHOSHANSKY, 1990). Para verificarmos, então, esse painel de profissionais envolvidos no trabalho do alto rendimento do atletismo paralímpico gaúcho, foi feita a seguinte questão: **Os atletas sob sua orientação recebem atendimento dos profissionais do esporte relacionados abaixo? Em que locais?**

**a) Preparador físico (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“Especificamente preparador físico, não. Temos outro professor, que é da comunidade, formado em Educação Física, e ex-atleta de corrida de 5km e 10km. Ele aderiu ao projeto, como voluntário, duas vezes por semana, uma semana sim e outra não [...]. E ele me auxilia nos treinos. Quando está junto, conseguimos nos dividir, um no campo e outro na pista. E, também, este ano temos um estudante de Educação Física [...] que é atleta de rua. O trabalho de conclusão de curso dele está sendo em cima do atletismo [...], então, uma vez por semana, ele acompanha e consegue fazer um suporte nessa parte também”</i>
Treinador 2	<i>“Na academia que eles vão, profissional remunerado pela academia, e durante toda a temporada”</i>
Treinador 3	<i>“Professor da academia do horário que ele vai, a academia que o remunera”</i>
Treinador 4	<i>“Não, toda a parte de treinamento e preparação física – o suporte é comigo”</i>

**b) Fisioterapeuta (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“A gente tem uma fisioterapeuta que é parceira, antes ela fazia um trabalho de prevenção de lesão. Hoje, em função de horários e questão financeira, está mais difícil. Mas ela atende no caso de uma necessidade mais específica. Esse trabalho dela, como o de todos, é voluntário”</i>
Treinador 2	<i>“Não”</i>
Treinador 3	<i>“Fisioterapeuta – quando necessitamos, recorremos aos profissionais da instituição (fisioterapeutas da APAE)”</i>
Treinador 4	<i>“Não temos um fisioterapeuta, muito menos remunerado. Tive, agora, recentemente, a necessidade de um atendimento de uma atleta, e uma amiga fisioterapeuta fez um atendimento voluntário. Mas não temos nenhuma fisioterapeuta”</i>

**c) Nutricionista (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“Não tem”</i>
Treinador 2	<i>“Não”</i>
Treinador 3	<i>“Não tem, eu que dou umas dicas, às vezes, do que comer ou não comer. Tento orientá-lo na medida do possível”</i>
Treinador 4	<i>“Temos uma parceria com a nutricionista, que dá um desconto pra gente, para o atendimento dos atletas”</i>

**d) Psicólogo (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“Temos uma psicóloga parceira, que faz as testagens de quem é deficiente intelectual, que tem que ser feita, uma testagem oficial [...]. Ela cobra um valor bem reduzido da testagem, então é parceira quando a gente tem necessidade. Não é uma psicóloga que atende os atletas”</i>
Treinador 2	<i>“Não”</i>
Treinador 3	<i>“Da APAE”</i>
Treinador 4	<i>“Não. Só uma atleta faz atendimento psicológico, mas é particular”</i>

**e) Médico (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“Não”</i>
Treinador 2	<i>“Não”</i>
Treinador 3	<i>“Não. Só pelo SUS, quando precisa, no geral. Nada relacionado ao esporte”</i>
Treinador 4	<i>“Não”</i>

**f) Dentista (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)**

Treinador 1	<i>“Não”</i>
Treinador 2	<i>“Não”</i>
Treinador 3	<i>“Não tem”</i>
Treinador 4	<i>“Não. Quem sabe, agora com o projeto da associação, a ideia é ter parcerias. Aqui na academia mesmo, temos esses profissionais: psicóloga, fisioterapeuta, e a gente tá tentando montar essa equipe multidisciplinar futuramente”</i>

O suporte ao atleta com relação aos profissionais que os atendem, ou, segundo a literatura, deveriam atender, é escasso. Atualmente, temos alguns profissionais que, na realidade, auxiliam o atleta de forma voluntária. Assim, temos, na ordem da apresentação:

- **Preparador físico:** o Treinador 1 aponta que tem dois auxiliares voluntários na pista, mas enfatiza que não são, especificamente, preparadores físicos. Os outros dois treinadores apontam que a preparação física, fora os treinos de pista, é realizada nas academias, onde o profissional responsável é o professor do horário da academia que o atleta frequenta. O Treinador 4 é responsável por todo o processo de treino dos seus atletas, pista e academia;
- **Fisioterapeuta:** um treinador não tem acesso a esse serviço (Treinador 2). Outros dois treinadores (1 e 4), quando existe necessidade desse serviço, recorrem aos serviços voluntários de um profissional parceiro. E o Treinador 3, quando o atleta necessita, recorre ao fisioterapeuta da instituição em que trabalha;
- **Nutricionista:** apenas um treinador tem, de certa forma, esse serviço, e a profissional dá um desconto no atendimento para seus atletas. Os outros três não possuem esse auxílio profissional;
- **Psicólogo:** o Treinador 1 refere que tem um serviço de testagem (classificação) de para atletas com deficiência intelectual, e que o profissional que o realiza cobra um valor bem reduzido para o atendimento. Também relata que um de seus atletas faz atendimento psicológico, mas por conta própria. O Treinador 2 não tem o serviço. O Treinador 4 informa que seu atleta faz tratamento psicológico por conta própria. E o Treinador 3 coloca que esse serviço é realizado através da instituição na qual trabalha (por um profissional remunerado pela instituição);
- **Médico e dentista:** nenhum dos quatro entrevistados tem esses serviços para seus atletas. O Treinador 4 ainda se mostra esperançoso que, no futuro, se conseguir formalizar um projeto na área do esporte, possa ter um serviço multidisciplinar.

Com relação ao suporte profissional ao atleta de alto rendimento no RS, os relatos indicam que estamos muito atrás do ideal. Na realidade, em quase sua maioria, os atletas não têm nenhum serviço que os amparem e, quando têm, este está ligado à instituição do treinador ou a um serviço voluntário prestado ao atleta, por um amigo do treinador ou admirador do projeto. Infelizmente, não há nada muito

profissional, periódico ou sistemático. A ciência nos mostra um cenário ideal, no qual, teoricamente, para um bom desempenho, ou para nos aproximarmos disto, uma estrutura mínima compatível e uma equipe multidisciplinar são necessárias. Não foi o que vimos nessas duas categorias: tanto na parte de estrutura como na parte de suporte profissional ao atleta, estamos muito aquém. Apesar dos atletas competirem em alto rendimento, faltam avanços para que a realidade se aproxime do cenário ideal.

Como já tratado na seção 2.3, sobre desenvolvimento esportivo, o processo de institucionalização do esporte paralímpico, através da criação do CPB, nos mostra um avanço do esporte paralímpico e corrobora o estudo de Begossi e Mazo (2016), que destaca que, apesar de essa instituição ser decisiva e importante para o esporte, sua condição atual não é suficiente para atender, de forma adequada, atletas, treinadores ou clubes. A instituição existe, mas, na prática, para o atleta, ainda pode melhorar muito mais, principalmente no RS, distante e fora dos grandes centros do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A complexidade do sistema esportivo dentro do esporte convencional foi analisada no estudo de Ferreira (2007). Os cinco elementos característicos que compõem os sistemas esportivos nacionais de diversos países, de acordo com o autor, são a organização esportiva e a participação do estado; a participação da Ciência do Esporte; a participação do sistema educacional; o sistema de apoio público e privado e as infraestruturas e recursos materiais. Seguindo a fala dos entrevistados, nenhum dos cinco elementos foi destacado de maneira positiva.

A relação de diversos profissionais e intervenções na vida do atleta ou paratleta não é tema de muitos trabalhos na literatura, até por questões estruturais em nosso país, como dificuldade de recursos ou a visão de gestores e clubes. Wylleman e Lavalee (1999) e Stambulova *et al.* (2009) apontam como o auxílio ao atleta é importante para equilibrar a carreira esportiva com outras relações e outros ambientes de vida. Para atletas jovens, a escola, os amigos e os relacionamentos são importantes. Para adultos, o próprio rendimento pode estar em foco. Na passagem de atleta de base para adulto, ou de amador para profissional, rumo ao ápice da carreira, o atleta tende a colocar todas as suas expectativas de vida em elevar os níveis de resultados, em ser campeão e em fazê-lo bem. Nesse momento, é comum esquecer que ele continua sendo uma pessoa em desenvolvimento. O auxílio de psicólogos ou *coaches* tem crescido em outros países, e os atletas têm

recebido atendimento com relação tanto à sua carreira como à sua pessoa, especialmente em momentos de foco total no esporte.

Um estudo de Galatti (2017), que relaciona o atleta de alto rendimento e o desenvolvimento humano, evidencia que essa é a carência entre os atletas brasileiros: serviços de acompanhamento de carreira e desenvolvimento pessoal são poucos, atribuindo a jovens atletas imensas responsabilidades, mas pouco suporte. Através da fala dos entrevistados, percebemos que o RS, seja por ineficiência do Estado ou por outras questões, não oferece um suporte profissional adequado aos seus atletas da modalidade de atletismo paralímpico. As instituições se esforçam para dar continuidade aos seus trabalhos e não recebem muitos investimentos.

Nossa cultura ainda não vê o esporte como uma profissão ou sua prática de forma sistemática e periódica como uma possibilidade de profissão equivalente a outras. Em um estudo, Campos, Cappelle e Maciel (2017) criticam a falta de visão e tratamento adequado do esporte como profissão, carreira e trabalho. Ainda muito idealizado, a atividade é vista como prática voltada quase totalmente ao lazer, pois é iniciada muito cedo em comparação com outras profissões. A atividade acaba sendo marginalizada, nesse ponto de vista, ainda mais se o sujeito não consegue grandes rendimentos financeiros, ou não aparece na mídia como grande estrela.

O mesmo ocorre no esporte paralímpico, e, às vezes, a situação é piorada por preconceito e falta de informação. O pensamento com relação ao esporte, no caso do alto rendimento, poderia ser modificado se ele passasse a ser visto como uma possibilidade legítima de trabalho. Poderíamos, quem sabe, modificar o olhar a respeito dos projetos sociais, clubes e associações existentes, e utilizar isso como oportunidade de atrair investimentos, potencializando o esporte como atividade lúdica e também profissional. Assim, os atletas seriam mais valorizados, o que aumentaria a possibilidade de outros profissionais trabalharem junto a ele, com um caráter mais profissional, desde o treinador até outras áreas de intervenção.

#### 4.4 PROJEÇÕES FUTURAS DA MODALIDADE

Gomes (2009) sinaliza que o processo de treinamento apresenta elementos que resultam da perfeita organização de uma atividade, e que o objetivo principal do planejamento consiste justamente em destacar tais elementos, facilitando o controle e o resultado final desejado. Isso mostra a complexidade do treinamento desportivo,

que faz parte da preparação desportiva. O treinador está inserido nesse processo e, com base na sua experiência dentro da modalidade e estabelecendo uma relação com o atual momento, pode fazer projeções para o futuro da modalidade, envolvendo sua atuação e perspectivas. Na quarta categoria, foi perguntado: **Quais as perspectivas para o futuro da modalidade no estado do RS?**

O Treinador 1 afirma:

*“Olha, eu acho que nós, profissionais, estamos no caminho. Nós estamos buscando, nós estamos tentando. Mas sem um apoio do Estado, de uma política pública, de um incentivo financeiro, não tem como. Pra tu ir levar para o Regional, daí tu só depende do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Se não tem outra competição aqui... O CPB agora, por exemplo, exige que na Regional tenha um número de vagas bem reduzidas. Antes levávamos mais atletas, porque tínhamos a possibilidade de participar, agora já reduziu isso. E, no estado, tu não tem um incentivo de uma competição decente. E não precisa nem ser decente, tu não tem uma competição estadual. E a competição que tu tem não te leva a lugar nenhum. Tu tem que ter a boa vontade da prefeitura, que te inscreva, para que ela te leve à competição estadual, que é intermunicipal. Deveria ter um estadual por clubes, por instituições. Por exemplo, no último PARAJIRGS que participei com meus atletas no atletismo, a gente competiu pelo Alegrete, porque Porto Alegre definiu que não iria participar. Outra instituição de Porto Alegre participou por Xangrilá. Na natação da minha instituição fomos por Pelotas. Não existe isso, qual o incentivo que a gente tem do estado? É zero. Agora, graças a Deus, temos um secretário de esportes que é ex-atleta, que está olhando para o paralímpico. Mas esse ano não vai ter o PARAJIRGS, que é o mínimo. Deveríamos ter competição específica por clube. Até para termos uma noção de quem são os atletas e por onde estão representando.”*

O treinador acredita que os treinadores e envolvidos estão no caminho certo, mas, sem o incentivo do Estado, não existe a possibilidade de desenvolvimento da modalidade. Mostra-se esperançoso com um componente da nova gestão do esporte, mas nada muito concreto. A desorganização, aliada à impossibilidade de disputa de competições, enfraquece a estrutura esportiva, já muito frágil, e uma gestão ineficiente tende a prejudicar ainda mais a modalidade e o paradesporto.

O Treinador 2 aponta:

*“Eu vou ser bem sincera: estou bem pessimista. Eu não vejo que muita coisa vai melhorar. Até pelo posicionamento do Comitê Paralímpico, a questão de vagas e de cotas para competições, para os estados, vai dar uma caída. Nos estados onde o esporte é mais fomentado já vai cair, aqui vai ser pior ainda. Então não tenho muita perspectiva. Eu vejo nosso trabalho muito isolado. Cada um no seu cantinho fazendo o que dá e o que pode. Porque não tem uma política ou um projeto que fomente a modalidade em nível regional. Como te falei, a questão do*

*PARAJIRGS: já vai pra três anos que não acontece. As pessoas acham que vai acontecer, e não acontece, o próprio PARACERGS, que é a seletiva para a Paralimpíada Escolar, a gente tem que ficar fazendo pressão para que aconteça. Daí fica complicado, o Estado parece não fazer a parte dele como deveria. E a gente fica à mercê do Estado para que as coisas aconteçam. O Estado, as fundações, deveriam fomentar atividades para buscar atletas e talentos no interior, assim seria muito mais fácil de se trabalhar.”*

O entrevistado mostra-se, como ele mesmo diz, muito pessimista. O poder público não tem feito sua parte, deixando a desejar na promoção da modalidade e no suporte a quem trabalha com ela. Há desorganização e falta de comprometimento para com o esporte, e os profissionais se veem obrigados e esperar alguma atitude ou ação do governo. Ao invés disso, o estado não fideliza os atletas com um calendário proativo e estruturado para a prática e para a organização das equipes, associações e clubes.

Como resposta do Treinador 3, temos:

*“Olha, eu sou um otimista, espero que o governo do estado olhe de um jeito diferente, não só para a modalidade, mas para o paradesporto também, promovendo mais a participação de todos, fomentando mais essa ideia. Nossas ações acabam sendo isoladas, cada um, dentro da sua realidade, faz o que pode, e acho que isso, de certa forma, vai nos ajudando para melhorar o esporte paralímpico.”*

Já esse treinador, mais otimista, se distancia um pouco da narrativa pessimista dos anteriores, mas também espera uma participação maior do poder público no fomento da modalidade. Coloca que os professores acabam se esforçando isoladamente, mas que esse esforço ajuda e movimenta o esporte. Mantém a esperança na continuidade da modalidade, através da participação dos envolvidos no atletismo paralímpico.

O Treinador 4, por sua vez, afirmou:

*“Olha, acredito que a gente tá num caminho de crescimento, de desenvolvimento, principalmente pelos profissionais que vem atuando e trabalhando, buscando melhoria no nosso profissionalismo. E acredito que, com isso, a gente consiga alavancar mais recursos da iniciativa privada e pública. Acho que a gente tá no caminho para, num futuro próximo, conseguirmos uma grande melhoria. Basta a gente continuar nessa união, nesse trabalho. Basta os profissionais terem interesse em compartilhar o seu conhecimento. Acho muito importante isso, para que a gente possa ter essa união no desenvolvimento do paradesporto.”*

O entrevistado, como o anterior, mostra-se otimista, mas também com a esperança de ser melhor visto, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada. Acredita muito no trabalho conjunto, no caso, naquilo que os professores estão fazendo. Reforça o trabalho em grupo, seu conhecimento e seu compartilhamento. Acredita que a união de esforços possa atrair a atenção do poder público e privado para um desenvolvimento da modalidade, incentivando recursos financeiros e mais participações no atletismo paralímpico.

Os treinadores esperam maior apoio do poder público, mais oportunidades do governo estadual e não querem ficar à mercê de atuações do CPB. Reivindicam uma organização maior, agenda, possibilidades de desenvolver a modalidade com melhorias na estrutura, para que haja aumento de participação dos atletas em competições regionais, que servem até mesmo de preparação para competições nacionais.

O desenvolvimento esportivo em nível nacional tem se mostrado em ascensão nos últimos anos. Se, por um lado, políticas públicas têm sido desenvolvidas para o esporte de forma ampla, como já dito na seção 2.3, por outro lado, ainda não temos uma política de esporte unificada. Existem lacunas preocupantes para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil que afetam seu desempenho a longo prazo (MAZZEI *et al.*, 2014).

Alves e Pieranti (2007) questionam a durabilidade da atual relação entre Estado e esporte, no Brasil. Segundo os autores, de fato, não existe uma política nacional consistente para o setor. Ainda que tenham sido tomadas decisões políticas, essas sempre foram forma pontuais e ligadas a indivíduos específicos. A existência de uma política nacional demanda tempo, competência e interesse político de diversos setores. Resta saber até que ponto essas condições existem, e continuarão a existir, no Brasil.

Dentro do quadro atual, os treinadores sinalizam a carência de apoio no RS, e isso reflete em suas perspectivas futuras. Ao mesmo tempo, há certo otimismo e crença nas ações e atitudes para o trabalho no atletismo paralímpico, que, atualmente, em grande parte é voluntário e exige muita dedicação – o que chama a atenção nas entrevistas. Esse panorama verificado na pesquisa pretende valorizar o trabalho dos treinadores e atletas, assim como o de todos os envolvidos no processo. Mas mostra a fragilidade de toda a estrutura, pois, sem o mínimo de incentivo para sua prática e continuidade, o esporte, e tudo o que ele proporciona,

não é alcançado na sua plenitude. O atleta, para seu desenvolvimento e busca da excelência, requer um ambiente favorável e profissional, assim como uma estrutura para sua valorização, interligando inúmeras contribuições para o processo de treinamento esportivo.

O atletismo paralímpico no RS, de acordo com a narrativa dos entrevistados, carece de mais investimentos, apoio, estrutura, competições, valorização profissional e políticas de incentivo. Isso atrairia mais atletas, profissionais e o público em geral. O esporte paralímpico é o principal meio de divulgação do esporte adaptado (BORGSMANN; ALMEIDA, 2015). Ou seja, maior visibilidade resulta em mais conhecimento e entendimento do esporte e da pessoa com deficiência.

#### 4.5 RELAÇÃO ESPORTE PARALÍMPICO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Encerramos as entrevistas com a quinta categoria, procurando obter as percepções dos entrevistados sobre o seu próprio trabalho e procurando entender o quanto a sua atuação, de forma direta ou indireta, pode influenciar na vida, não só da pessoa com deficiência, mas também, de modo mais geral, na sociedade. Também procuramos entender o impacto desse serviço, não apenas com relação ao esporte ou ao esporte de alto rendimento, mas com relação a uma visão de mundo e o papel do esporte dentro dessa perspectiva: o esporte e a pessoa com deficiência. Nesse sentido, questionou-se aos treinadores: **Você acredita que o esporte paralímpico, como um todo, ajuda a desmistificar e tirar o “coitadismo” de cena e promove a inclusão, respeito e protagonismo da pessoa com deficiência? Explique, na sua percepção como isso acontece.**

*“Acredito, e muito. Semana passada, estivemos fazendo uma matéria para a TVE, que saiu essa semana, e estávamos falando justamente isso. E qual é a ideia? Fomentar o esporte como meio de inclusão social. É dar para aquela pessoa, independentemente da deficiência, um novo caminho, uma nova opção de atividade que possa fazer na vida. Não precisa ser o melhor atleta, mas que tenha uma nova opção de vida, de oportunidade, para melhora da sua vida e da sua autonomia. Vivência em sair de casa, não pensar que sou um coitado, não é porque não tenho uma perna, mas tenho uma prótese: eu posso fazer essa atividade num banco. Nós temos um atleta que é anão, ele veio do Escolar, do atletismo, e veio pra nós, o guri foi com o pai e a mãe. A mãe tem baixa estatura e o pai é zero visão. E ele (o pai) disse: ‘ah, quando eu era guri (ele ainda enxergava mais ou menos), eu participei de corridas, daí meu treinador falou ‘vai lá e faz’, mas eu não sabia fazer’. Daí eu disse: ‘cara, aqui tu pode treinar’, daí*

*ele começou a treinar. Ele é massoterapeuta, tem família, e agora ele vai lá treinar dardo, disco e peso. Se sentiu importante, viu que aquilo era bom pra vida dele. Se vai ou não chegar em competição, não sei. É outra questão, é outro patamar. O esporte não é um fim, é um meio. É pra levar as pessoas a acreditar mais. Pra poder fazer as pessoas acreditarem mais em si mesmas. Competição e conquistas de medalhas são outros quinhentos. Fica bem depois, não é a principal preocupação.” (T1)*

*“Eu sou suspeita pra falar, porque sempre acreditei no poder do esporte. O esporte para a pessoa sem deficiência também. Depois que comecei a trabalhar, vi muitas pessoas mudando o seu jeito de ser e pensar. Então, assim: o esporte é a melhor ferramenta que tem. Dentro da escola, eu vejo isso mais forte ainda. Temos aquelas crianças que não conseguem entender muito bem tal disciplina mais teórica, daí chega no esporte, falando em relação à questão do corpo, para as crianças com deficiência intelectual, ali eles conseguem se superar e verem que são capazes, então acredito muito no esporte. Pra que eles se superem e que outras pessoas vejam que a pessoa com deficiência não é um coitado. Ela só precisa de oportunidade.” (T2)*

*“Sim, acredito muito nisso. Vejo pelo atleta G., quando ele foi para uma competição no Reino Unido: isso foi uma prova pra ele e pra família de que ele é capaz. Até uma vez, quando ele deu uma palestra como autodefensor da APAE, ele disse uma coisa muito importante e bonita, todos no local gostaram bastante: ‘eu tenho uma deficiência, mas eu não sou incapaz’. Aquilo marcou muito, e nos mostra como o esporte ajuda na autoestima e numa colocação na sociedade, mostrando suas capacidades e potencialidades. E isso para o atleta e todos que o conhecem: é um ponto de valorização pessoal. Acho que as pessoas têm que ter oportunidades. Quando a pessoa com deficiência ou sem deficiência tem oportunidade, é diferente, e se abre um leque de opções para que tu escolha o que quer fazer, e o encoraje para futuras ações dentro ou fora do esporte também.” (T3)*

*“O esporte paralímpico tem um poder transformador, tanto para o deficiente físico, como para os ditos normais, convencionais. Quando eu uni a academia e o atendimento a pessoas com deficiência com o atendimento convencional, percebi uma aceitação e uma motivação, vendo o rapaz ali em sua cadeira de rodas fazendo sua atividade física, o deficiente visual chegando na academia, se deslocando, saindo de casa e buscando essa melhoria de vida, de qualidade de vida, não só pelo espírito competitivo, mas também pela sua qualidade e pela saúde. Então, eu acredito que o paradesporto tem esse agente transformador: que motiva, que incentiva. Tanto o deficiente que sai de casa e busca uma nova qualidade de vida, como aquele sedentário, que acaba observando e olhando o deficiente físico buscar a sua qualidade de vida.” (T4)*

O esporte apresenta características importantes para o desenvolvimento dos aspectos físico, psicológico e social dos indivíduos. Proporciona melhora da autoestima, independência para desenvolver tarefas cotidianas, possibilidade de estabelecer novas relações, conhecer pessoas, desenvolver potencialidades e estimular novas habilidades (LEVERMORE, 2008; MARTIN; MUSHETT, 1996). Nesse sentido, vemos a importância das falas dos treinadores nessa categoria,

dentro da perspectiva do esporte, como ferramenta social, como promoção da saúde, como profissão do atleta (alto rendimento), como formação de pessoas e cidadãos. A função do treinador é oferecer apoio ao atleta, fazer com que ele melhore seu rendimento e atinja sua melhor performance, se possível, na competição alvo, estipulada no início da temporada (BOMPA, 2002; GOMES, 2009; MATVEEV, 1990; VERKHOSHANSKY, 1990), no caso do esporte de alto rendimento.

A atividade esportiva pode ser uma possibilidade de renda e uma ferramenta de educação (PAES; BALBINO, 2005), ou, simplesmente, uma ocupação, uma possibilidade de fazer, participar, praticar algo fora da sua rotina habitual. Ficar em casa, à mercê de atividades sem muitas pretensões, faz com que o esporte se mostre, antes de tudo, em sua ampla significância, uma possibilidade de atividade social. O esporte envolve uma complexa interação entre treinadores e atletas, atuando em um ambiente social e cultural abrangente e multifacetado. O instrumental sociológico certamente pode vir a contribuir para melhor compreender a natureza das diversas formas de interação e organização desse universo (COAKLEY, 1994).

O esporte paralímpico educa a sociedade, mostrando a deficiência, não como algo impeditivo, mas, cada vez mais, como uma característica individual. Reforça a exigência da igualdade de direitos, promove melhor qualidade de vida ao praticante, desenvolve também suas potencialidades, e, no caso do alto rendimento, além de uma possibilidade de renda e profissão, promove um alto nível de excelência esportiva.

O treinador como facilitador e peça-chave desse processo passa a ser muito mais do que o responsável apenas pela parte técnica, ele passa a ser um gestor de grupo, atuando na resolução de conflitos e na solução de problemas que vão muito além das situações do treinamento. Os treinadores entrevistados mostram seu entendimento e participação dentro dessa complexidade. Falam de muitos fatores e ocorrências fora do espectro esportivo, mas, ao mesmo tempo, tudo envolve, também, esse movimento.

Segundo a fala dos entrevistados, treinadores com no mínimo de cinco anos de experiência na modalidade e com cursos de treinador do CPB, mínimo de nível II, o esporte paralímpico parece fornecer inúmeras facetas aos praticantes e envolvidos no processo: a inclusão e valorização (Treinador 1), auxílio no aprendizado como

ferramenta (Treinador 2), oportunidade e exemplo (Treinador 3) e transformação e motivação a todos (Treinador 4). Esses depoimentos nos levam a crer que, quanto melhor formado for esse profissional – dentro daquele entendimento tão complexo que foi abordado na seção 2.2, sobre a formação do treinador –, melhor serão suas atitudes, melhor será seu desempenho técnico e de gestão dentro do esporte, e melhor será sua relação com o atleta. Melhoras na formação desses profissionais ainda podem ter consequências políticas na busca por direitos para a pessoa com deficiência e por uma sociedade mais justa e com respeito às diferenças.

Nesse sentido, Pereira (1998) coloca que a cultura físico-desportiva não pode servir de engodo ou meio de alienação política, e que deve, em contrapartida, ser popular, crítica, participativa e revolucionária. Deve ser mais um elemento de apoio ao progresso da humanidade. A intenção da prática, seja para o lazer, saúde ou rendimento, deve alcançar todas as esferas sociais, como ferramenta de mudança, educação e desenvolvimento humano em sua totalidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, para os quatro treinadores de alto rendimento de atletismo paralímpico do RS, que participaram da competição denominada Circuito Loterias Caixa 2019 da etapa Rio Sul, o desenvolvimento da modalidade no estado deve melhorar muito. O poder público deve atuar de forma participativa e responsável no fomento do esporte, com um maior número de competições e uma melhor organização para um maior envolvimento tanto dos profissionais quanto dos clubes e atletas, o que aumentaria a visibilidade não só do atletismo paralímpico, mas também do esporte paralímpico.

O suporte ao atleta no RS, de acordo com os entrevistados, deixa muito a desejar, pois ainda é tratado de forma amadora. Mas tudo isso é reflexo de toda a estrutura, que, sem investimento, criticado em vários momentos na entrevista, já que os treinadores e os demais profissionais são, em sua maioria, voluntários, não apresenta perspectiva de melhora imediata. O esporte paralímpico ainda depende muito do Estado (poder público), pois, além de ser algo novo, ainda não temos a cultura de contratação por clubes e empresas como patrocinadoras, ficando o atleta dependente de programas governamentais, como o Bolsa Atleta.

Peres e Lovisolo (2006) apontam a importância da estrutura, que inclui alimentação, moradia, transporte ao local de treinamento, equipamentos esportivos, local de treinamento, recursos financeiros e acesso (para pessoas com deficiência). Além disso, sugere que o aperfeiçoamento técnico deve ser composto por treinador e auxiliares, preparador físico, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, médico, dentre outros. Ou seja, uma equipe multidisciplinar é muito importante para o processo de treinamento do atleta. A realidade descrita pelas falas dos treinadores não condiz com os dados da literatura. O atleta fica à mercê de esforços pessoais, dos treinadores e dos familiares.

Gomes (2009), Matveev (1990) e Verkhoshansky (1990) colocam que algumas estratégias de intervenção profissional podem ocorrer dependendo da etapa de preparação esportiva do atleta. De acordo com o calendário competitivo, uma equipe multidisciplinar intervém no processo, mas isso não se vê na modalidade no RS.

A relação do esporte paralímpico e da pessoa com deficiência, pela fala dos treinadores, é de fundamental importância, pela função social do esporte em sua

totalidade. Os entrevistados, antes de tudo, são entusiastas, apesar de todas as dificuldades enfrentadas. Acreditam muito no esporte e em tudo que o fenômeno esportivo promove, que vai muito além de conquistas e resultados esportivos.

As dificuldades relatadas pelos entrevistados, na situação atual da modalidade e com relação ao suporte ao atleta, podem servir de explicação para o fato de o RS não ter tido nenhum atleta da modalidade nos Jogos Parapan-Americanos, disputados em Lima/Peru, em 2019, mas apenas um atleta guia (RIO GRANDE DO SUL, 2019). Dentre as dificuldades relatadas pelos entrevistados sobre a situação atual, estão a falta de suporte ao atleta, poucos recursos financeiros, materiais escassos e falta de profissionais, desde os próprios treinadores até os (poucos) profissionais que os auxiliam, que, em sua maioria, são voluntários. Isso revela um quadro de muita valentia e amor à profissão, doação aos seus projetos e aos atletas envolvidos, o que nos mostra o poder que o esporte tem de unir pessoas, fortalecer relações sociais e promover o auxílio e a cooperação mútuos, mesmo em um ambiente com um fim competitivo.

As dificuldades e limitações encontradas para a realização da pesquisa foram: poucos materiais e pesquisas relativas especificamente ao atletismo paralímpico e aos seus treinadores, além da finalização da pesquisa e a apresentação da dissertação (feita por uma plataforma *online*) ter sido realizada em meio a pandemia da Covid-19.

O esporte paralímpico é algo relativamente novo. Antes era praticado, principalmente, como atividade lúdica, recreativa e de reabilitação, mas, cada vez mais, ganha foco como atividade profissional.

Podendo ser um estudo precursor na área, acredita-se contribuir para um diagnóstico da modalidade no RS no que diz respeito ao alto rendimento, para um melhor entendimento da modalidade atual e para um prognóstico do que podemos fazer e melhorar no futuro. Acredita-se, ainda, que pode incentivar novas produções na área, de modo a ampliar e democratizar o conhecimento para os atletas, treinadores, clubes, associações, profissionais de educação física e sociedade. Por fim, nas entrelinhas do processo, expõe-se um panorama do quadro atual da modalidade no RS, não apenas com dados numéricos, mas, principalmente com a perspectiva dos treinadores, suas impressões e percepções sobre a modalidade esportiva.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O Estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE Eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007.

BAILEY, S. **Athlete first**: a history of the Paralympic Movement. London: John Wiley & Sons, 2008.

BATISTA, M. *et al.* Diferenças em função do gênero das formas de motivação autodeterminada de atletas veteranos. **Ágora para la Educación Física y el Deporte**, v. 19, n. 1, p. 35-51, 2017.

BEGOSSI, T. D. **As atletas pioneiras no cenário paraolímpico Sul-Rio-Grandense**: nuances de uma prática esportiva. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BEGOSSI, T. D.; MAZO, J. Z. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2989-2997, 2016.

BENFICA, D. T. **Esporte Paralímpico**: analisando suas contribuições nas (re)significações do atleta com deficiência. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BOMPA, T. **Periodização**: teoria e metodologia do treinamento. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2002.

BORGES, C. N. F.; TONINI, G. T. O incentivo ao esporte de alto rendimento como política pública: influências recíprocas entre cidade e esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 2, 281-296, 2012.

BORGMANN, T.; ALMEIDA, J. J. G. Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 53-68, 2015.

BORREGO, C. M. C. *et al.* Análise confirmatória do Questionário de Satisfação do Atleta: versão Portuguesa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, p. 110-120, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Brasília: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998**. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004**. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei no 5.342, de 14 de janeiro de 2005**. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5342.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5342.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Lei n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 29 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jun. 2015.

BRASIL, V. Z. *et al.* A trajetória de vida do treinador esportivo: as situações de aprendizagem em contexto informal. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 815-829, jul./set. 2015.

CAMPOS, R. C.; CAPPELLE, M. C. A.; MACIEL, L. H. Carreira Esportiva: o esporte de alto rendimento como trabalho, profissão e carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 1, p. 31-41, 2017.

CARDOSO, V. D. A reabilitação de pessoas com deficiência através do desporto adaptado. **Revista Brasileira da Ciência e Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 529-539, abr./jun. 2011.

CARDOSO, V. D. *et al.* O esporte paraolímpico no Brasil: de sua estruturação a sua consolidação. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 16, n. 1, p. 59-72, 2016.

CARVALHO, C. L.; GORLA, J. I.; ARAÚJO, P. F. Voleibol sentado: do conhecimento à iniciação prática. **Conexões**, UNICAMP, Campinas, v. 11, n. 2, p. 97-126, abr./jun. 2013.

COAKLEY, J. **Sport in society: issues and controversies**. London: Brown & Benchmark, 1994.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Confira os 19 momentos mais marcantes do CPB**. Twitter, 2014. Disponível em: <https://twitter.com/cpboficial/status/432930908941733889>. Acesso em: 7 abr. 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Relatório Atletismo**. São Paulo: CPB, 2016. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/Relato%CC%81rio+Atletismo+2016.pdf/b0af4966-5039-4c6e-8804-994a9674934c>. Acesso em: 12 nov. 2018.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Modalidades-Atletismo**. São Paulo: CPB, 2019. Disponível em: <https://cpb.org.br/modalidades/46/atletismo>. Acesso em: 7 jan. 2019.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Competições**. São Paulo: CPB, 2020. Disponível em: <https://cpb.org.br/competicoes/edicao/16>. Acesso em: 7 abr. 2020.

COSTA, A. M.; SOUSA, S. B. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

CUNHA, L. M. **O esporte adaptado como conteúdo nas aulas de educação física**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

DEVINE, M. A. Leisure-Time Physical Activity: experiences of college students with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 33, p. 176-194, 2016.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUFFY, P. Curriculum Model Development: sport coaching. *In*: PETRY, K.; FROBERG, K.; MADELLA, A. (eds.). **Thematic Report Project AEHESIS of the First Year**. Cologne: German Sport University, 2006. p. 71-120.

ENGERLAND, E. M. *et al.* Potencialidades e necessidades profissionais na formação de treinadores desportivos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 31-38, 2013.

FERREIRA, R. **Políticas para o esporte de alto rendimento: estudo comparativo de alguns sistemas esportivos nacionais visando um contributo para o Brasil**. Tese (Doutorado em Estudos do Desporto) – Faculdade de Desporto, Universidade de Porto, Porto, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GAERTNER, G. **Psicologia somática aplicada ao esporte de alto rendimento**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GALATTI, L. R. Atividades Físicas e Esportivas: desenvolvimento humano e esporte de alto rendimento. *In*: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-brasil.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

GOMES, A. C. **Treinamento Desportivo**: estruturação e periodização. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GREGUOL, M. Atividades físicas e esportivas e pessoas com deficiência. *In*: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/rdhs-brasil.html>. Acesso em: 18 maio 2020.

GROHMANN, L. S. **Uma visão acerca do desenvolvimento do esporte adaptado e do movimento paralímpico**. Monografia (Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

GUEDES, D. P.; SILVÉRIO NETTO, J. E. Motivos para a prática de esportes em atletas jovens e fatores associados. **Revista Educação Física**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 24, n. 1, p. 21-31, 2013.

HAIACHI, M. C. *et al.* Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2999-3006, 2016.

HOLLMANN, W.; HETTINGER, T.; STRÜDER, H. K. **Medicina do Esporte**: fundamentos anatomo-fisiológicos para a prática esportiva. Barueri: Manole, 2005.

INTELIGÊNCIA ESPORTIVA. **Atletismo Paralímpico**. 2015. Disponível em: [http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site\\_api/arquivos/atletismo1.pd](http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site_api/arquivos/atletismo1.pd). Acesso em: 7 abr. 2020.

JESUS, D. S. V. Foices e Martelos no Olimpo: a política esportiva da União Soviética e as relações com o mundo capitalista. **Recorde**: Revista de História do Esporte, v. 3, n. 2, p. 1-28, 2010.

LEVERMORE, R. Sport: a new engine of development? **Progress in Development Studies**, v. 8, n. 2, p. 183-190, 2008.

MARQUES, R. F. *et al.* Mídia e o movimento paralímpico no Brasil: relações sob o ponto de vista de dirigentes do Comitê Paralímpico Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 27, n. 4, p. 583-596, 2013.

MARTENS, R. **El entrenador de êxito**. Barcelona: Paidotribo, 2002.

MARTIN, J. J.; MUSHETT, C. A. Social support mechanisms among athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 13, n. 1, p. 74-83, 1996.

MATVEEV, L. P. **O processo de treino desportivo**. 2. ed. Lisboa: Horizonte, 1990.

MAZZEI, L. C. *et al.* Centros de Treinamento Esportivo para o Esporte de Alto Rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Mineira Educação Física**, v. 1, n. 7, p. 1575-1584, 2012.

MAZZEI, L. C. *et al.* Política do esporte de alto rendimento no Brasil: Análise da estratégia de investimentos nas confederações olímpicas. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 14, n. 2, p. 59-73, 2014.

MEDEIROS, R. S. **Impacto do atletismo paralímpico na qualidade de vida de pessoas com deficiência física**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) Faculdade de Medicina – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MEIRA, T. B.; BASTOS, F. C.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251-262, 2012.

MELLO, A. S.; FERREIRA NETO, A.; VOTRE, S. J. Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em Vila Velha. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 75-91, 2009.

MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

MESQUITA, I. Contributo para uma mudança de paradigma na formação de treinadores: razões, contextos e finalidades. *In*: BENTO, J. O.; TANI, G.; PRISTA, A. (eds.). **Desporto e Educação Física em Português**. Porto: Universidade do Porto, 2010. p. 84-98.

MILISTETD, M. *et al.* A Aprendizagem Profissional de Treinadores Esportivos Desafios da Formação Inicial Universitária em Educação Física. **Revista Pensar a Prática**, v. 18, n. 4, p. 982-994, out./dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em: 18 maio 2020.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MORENO, P. M.; DELL VILLAR, F. **El entrenador deportivo**: manual práctico para su desarrollo y formación. Barcelona: Inde, 2004.

MORGADO, T.; SOUTO, E. C.; GREGUOL, M. Perceived barriers and facilitators to physical activity and sport in adults with spinal cord injury: a case study in João Pessoa-PB. *In*: INTERNATIONAL COUNCIL OF SPORT SCIENCE AND PHYSICAL EDUCATION. **Anais [...]**. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2016.

MOROUÇO, P. **Avaliação dos factores psicológicos inerentes ao rendimento:** estudo realizado em nadadores cadetes do Distrito de Leiria. *Psicologia*, 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0350.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, J. R. A. *et al.* Suporte parental e motivação dos jogadores da seleção brasileira de Futsal. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 9, n. 34, p. 229-237, 2017.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. *In:* MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. (orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física:** alternativas metodológicas. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 63-99.

OLIVEIRA, A. F. S.; HAIACHI, M. C. **IV Ciclo de Debates em Estudos Olímpicos e Paraolímpicos:** o esporte paraolímpico de alto rendimento. v. 1. Aracaju: Edise, 2018.

PAES, R. R.; BALBINO, H. F. **Pedagogia do Esporte:** contextos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

PASCUAL, C. J. B. *et al.* Competencias profesionales del licenciado en ciencias de la acti competencias profesionales del licenciado en ciencias de la actividad física y del deporte. **Motricidad**, v. 15, p. 1-6, 2006.

PEREIRA, F. M. **Dialética da Cultura Física:** introdução à crítica da educação física do esporte e da recreação. São Paulo: Ícone, 1988.

PERES, L.; LOVISOLO, H. Formação esportiva: teoria e visões do atleta de elite no Brasil. **Journal of Physical Education**, v. 17, n. 2, p. 211-218, 2006.

PILATTI, L. A. Reflexões sobre o esporte moderno: perspectivas históricas. *In:* FRANCHINI, E. *et al.* **I Prêmio INDESP de Literatura Esportiva:** volume 1. Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, 1999. p. 257-288.

RAMOS, V.; BRASIL, V. Z.; GODA, C. A aprendizagem profissional na percepção de treinadores de jovens surfistas. **Revista da Educação Física**, UEM, v. 2, n. 3, p. 431-442, 2012.

REIS, R. E. **Políticas públicas para o esporte paraolímpico brasileiro.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. As Políticas Públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 1, p. 58-69, 2017.

RESENDE, R.; MESQUITA, I.; ROMERO, J. F. Caracterização e representação dos treinadores acerca da formação de treinadores de voleibol em Portugal. **EFdeportes**, a. 12, n. 112, set. 2007.

REZENDE, J. R. **Manual completo da lei de incentivo ao esporte**: como elaborar projetos e captar recursos através da Lei nº 11.438/06. São Paulo: All Print, 2012.

RIBAS, M. L. *et al.* Autoestima e Motivação em Atletas Paranaenses de Bocha Paralímpica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 7., 2019; CURSO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA ANDE, 9. 2019. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2019.

RIMMER, J. H. *et al.* Physical Activity Participation Among Persons with Disabilities Barriers and Facilitators. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 26, n. 5, p. 419-425, 2004.

RIMMER, J. H.; MARQUES, A. C. Physical activity for people with disabilities. **The Lancet**, v. 18, p. 193-195, 2012.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Esporte e Lazer**. 2019. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/atletas-do-rs-nos-jogos-parapan-americanos-2019-serao-recepciona-dos-no-piratini>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RODRIGUES, H. A.; PAES, R.; SOUZA-NETO, S. A socialização profissional do treinador esportivo como um processo formativo de aquisição de saberes. **Movimento**, v. 22, n. 2, 509-521, 2016.

ROSADO, A.; MESQUITA, I. A formação para ser treinador. *In*: Congresso Internacional de Jogos Desportivos. **Anais** [...]. Porto: Centro de Estudos dos Jogos Desportivos, Faculdade de Ciências do Desporto, Universidade do Porto, 2007.

ROSADO, A.; MESQUITA, I. **Pedagogia do Desporto**. Lisboa: FMH, 2011.

SAEBU, M.; SORENSEN, M. Factors associated with physical activity among young adults with a disability. **Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports**, v. 21, n. 5, p. 730-738, 2011.

SAMULSKI, D. M.; MORAIS, L. C. C. A. Psicologia do esporte I. *In*: SILVA, C. I.; COUTO, A. C. P. **Manual do treinador de natação: nível trainee**. Belo Horizonte: FAM, 1999. p. 205-218.

SAN MARTIN, J. E. S.; ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. Análise do processo inclusivo de pessoas com deficiência no Clube Esportivo: um estudo de caso. **Revista da Sobama**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 31-36, jun. 2012.

SIGOLI, M. A.; ROSE JÚNIOR, D. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 2, p. 111-120, 2008.

SILVA, A.; VITAL, R.; MELO, M. T. Atuação da fisioterapia no esporte paraolímpico. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 22, n. 2, p. 157-161, mar./abr. 2016.

SILVA, M. M.; REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M. O financiamento público do rúgbi brasileiro: a relação governo federal e Confederação Brasileira de Rugby (CBRu). **Revista da Educação Física**, UEM, v. 26, n. 2, p. 245-286, 2015.

SILVA, C. S.; DRIGO, A. J. **A educação física adaptada**: implicações curriculares e formação profissional. São Paulo: UNESP; Cultura Acadêmica, 2012.

SOUSA, A.; CORREDEIRA, R.; PEREIRA, A. L. Desporto Paralímpico em Portugal: Da sua gênese à atualidade. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 13, n. 1, p. 93-112, 2013.

SOUZA, E.; MARIANI, R. A evolução do desporto Surdo. *In*: LIMA, N.; DELOU, R. **Ponto de vista de Inclusão em Diversidade e Inclusão**. v. 2. Niterói: ABBIN, 2016, p. 66-73.

STAMBULOVA, N. *et al.* ISSP position stand: Career development and transitions of athletes. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 7, n. 4, p. 395-412, 2009.

TALIAFERRO, A. R.; HAMMOND, L. "I Don't Have Time": barriers and facilitators to physical activity for adults with intellectual disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v. 33, p. 113 -133, 2016.

TEODORO, C. M. **Esporte adaptado de alto rendimento praticado por pessoas com deficiência**: relatos de atletas paraolímpicos. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Presbiteriana Mackenzi, São Paulo, 2007.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERKHOSHANSKY, I. V. **Entrenamiento deportivo**: planificación y programación. Barcelona: Martínez Roca, 1990.

WYLLEMAN, P.; LAVALLEE, D. **Career transitions in competitive sports**. FEPSAC, 1999. Disponível em: <https://www.fepsac.com/wp-content/uploads/2019/02/Career.pdf>. Acesso em: 18 maio 2020.

## APÊNDICE A – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Treinador:

Idade:

Graduação (local e ano):

Pós-graduação (se sim, local e ano):

Algum curso relacionado à atividade de treinador:

Algum curso relacionado à atividade de treinador de atletismo paralímpico:

De que outras formas se dá a formação para o trabalho no atletismo paralímpico?

Local de trabalho como treinador da modalidade (quantos atletas você treina, é remunerado?):

Quanto tempo trabalha como treinador de atletismo paralímpico:

Qual outro trabalho, além de treinador de atletismo paralímpico:

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

**1. Como você vê em âmbito regional, a modalidade de atletismo paralímpico? Fale sobre a sua impressão da modalidade (percepção geral).**

### **2. Suporte ao atleta:**

2.1. Treinador, responda se cada um dos itens abaixo, atende às necessidades dos atletas sob sua orientação e como:

- a) Alimentação (onde são as refeições dos atletas, quem paga ou fornece?)
- b) Moradia (onde, com quem?)
- c) Transporte ao local de treinamento (como se desloca e quem paga?)
- d) Equipamentos esportivos (quais são as condições e quem patrocina?)
- e) Local de treinamento (onde é, quem é o responsável?)
- f) Recursos financeiros (se existe, da onde vem?)
- g) Acesso (como é o acesso ao local para pessoas com deficiência?)

2.2. Os atletas sob sua orientação recebem atendimento dos profissionais do esporte relacionados abaixo? Em que locais?

- a) Preparador físico (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)
- b) Fisioterapeuta (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)
- c) Nutricionista (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)
- d) Psicólogo (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)
- e) Médico (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)
- f) Dentista (quem é, é remunerado, acompanha os atletas toda temporada?)

**3. Com incentivos de políticas públicas, como por exemplo, bolsa atleta e outros, seu atleta motiva-se para os treinamentos e competições? Você acredita que através deste tipo de incentivo e/ou recurso o atleta se motiva para a continuidade no esporte?**

**4. Percepções e projeções futuras:**

4.1. Quais perspectivas para o futuro da modalidade no estado do RS?

4.2. O que você acha que pode melhorar, ser modificado e como pode acontecer para o avanço da modalidade no RS?

4.3. Você acredita que o esporte paralímpico como um todo, ajuda a desmistificar e tirar o “coitadismo” de cena e promove a inclusão, respeito e protagonismo da pessoa com deficiência? Explique, na sua percepção como isso acontece.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa de mestrado intitulada **“A PERCEPÇÃO DOS TREINADORES DE ATLETISMO PARALÍMPICO NO RIO GRANDE DO SUL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE”** por você participar da modalidade diretamente, podendo contribuir para o desenvolvimento do estudo a partir de suas experiências e de seus relatos acerca do tema.

A pesquisa busca investigar qual a percepção do treinador de atletismo paralímpico, no que diz respeito ao desenvolvimento da modalidade, na sua realidade, no seu dia a dia. Desde a sua visão em relação ao atleta e ao esporte como um todo, em âmbito competitivo em nível nacional e porque não dizer, em nível internacional. No intuito de contribuir para o cenário esportivo para que consigamos verificar as impressões dos treinadores na sua realidade, na sua prática profissional. E estabelecer uma relação com o grande momento que o esporte paralímpico tem vivido nos últimos anos. No caso, específico da pesquisa na modalidade do atletismo paralímpico. Esta poderá ser gravada em áudio e/ou vídeo através de aparelhos digitais, tais como câmera filmadora e gravador de voz.

Solicitamos autorização para utilizarmos suas falas e imagens, captadas durante a filmagem da entrevista, além de eventuais fotografias, para a produção e publicação de materiais acadêmico-científicos (artigos, livros, etc.), produção de projetos áudio visuais (vídeo clips, documentários, etc.) e/ou projetos culturais (exposições, oficinas, etc.). Caso seja do seu interesse, enviaremos uma cópia da entrevista em áudio e/ou vídeo para uso pessoal.

Esclarecemos que as informações, oriundas de seus relatos, serão utilizadas sem fins comerciais. Com a sua permissão, as informações geradas a partir de seu depoimento poderão ser disponibilizadas (formas escrita e/ou visual) em mídias digitais e sociais para fins de divulgação de pesquisa.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto

acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda, que você não terá custos financeiros e nem será remunerado(a) por sua participação.

Adotaremos os cuidados necessários para evitar qualquer tipo de constrangimento relativo à pesquisa. Porém, entendemos que a realização de entrevistas implica na possibilidade de desconfortos, pois as perguntas levam os participantes a revisitarem suas memórias. Para reduzir esses possíveis desconfortos, as perguntas serão apresentadas aos participantes antecipadamente e as entrevistas serão realizadas de forma individual, em local e horário previamente agendado. Além disso, o conteúdo das entrevistas não será compartilhado coletivamente com os demais participantes do estudo, sendo que, ao final da realização das entrevistas, cada um terá acesso individualmente à transcrição/descrição de seus depoimentos e, se desejar, poderá alterar seu conteúdo. Acrescentamos, ainda, que a sua identidade será preservada nas publicações acadêmico-científicas, pois cada indivíduo será identificado com nome fictício.

A entrevista será conduzida pelo estudante de mestrado Alexandre Cavedini Bisneto, sob orientação do Professor Doutor Carlos Adelar Abaide Balbinotti. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos, poderá contatar a qualquer momento o pesquisador responsável pela pesquisa, Professor Carlos Adelar Abaide Balbinotti, no endereço profissional à Rua Felizardo, nº 750, Bairro Jardim Botânico, Porto Alegre – RS, CEP 90690-200, ou pelo telefone (51) 999994957, ou no endereço eletrônico [carlos.balbinotti@ufrgs.br](mailto:carlos.balbinotti@ufrgs.br), ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo telefone 3308.3629 ou por e-mail: [etica@propesq.ufrgs.br](mailto:etica@propesq.ufrgs.br).

O presente termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue ao(à) senhor(a).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201 \_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em responder a entrevista e participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima. Assim, permito a identificação de meu nome, o uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista para os fins descritos no presente termo. Declaro que recebi cópia deste documento.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Em caso de algum tipo de restrição com relação ao uso do áudio e vídeo captados durante a entrevista, favor utilizar o campo abaixo para maiores esclarecimentos.

---

---

---

---